

BOLETIM #11

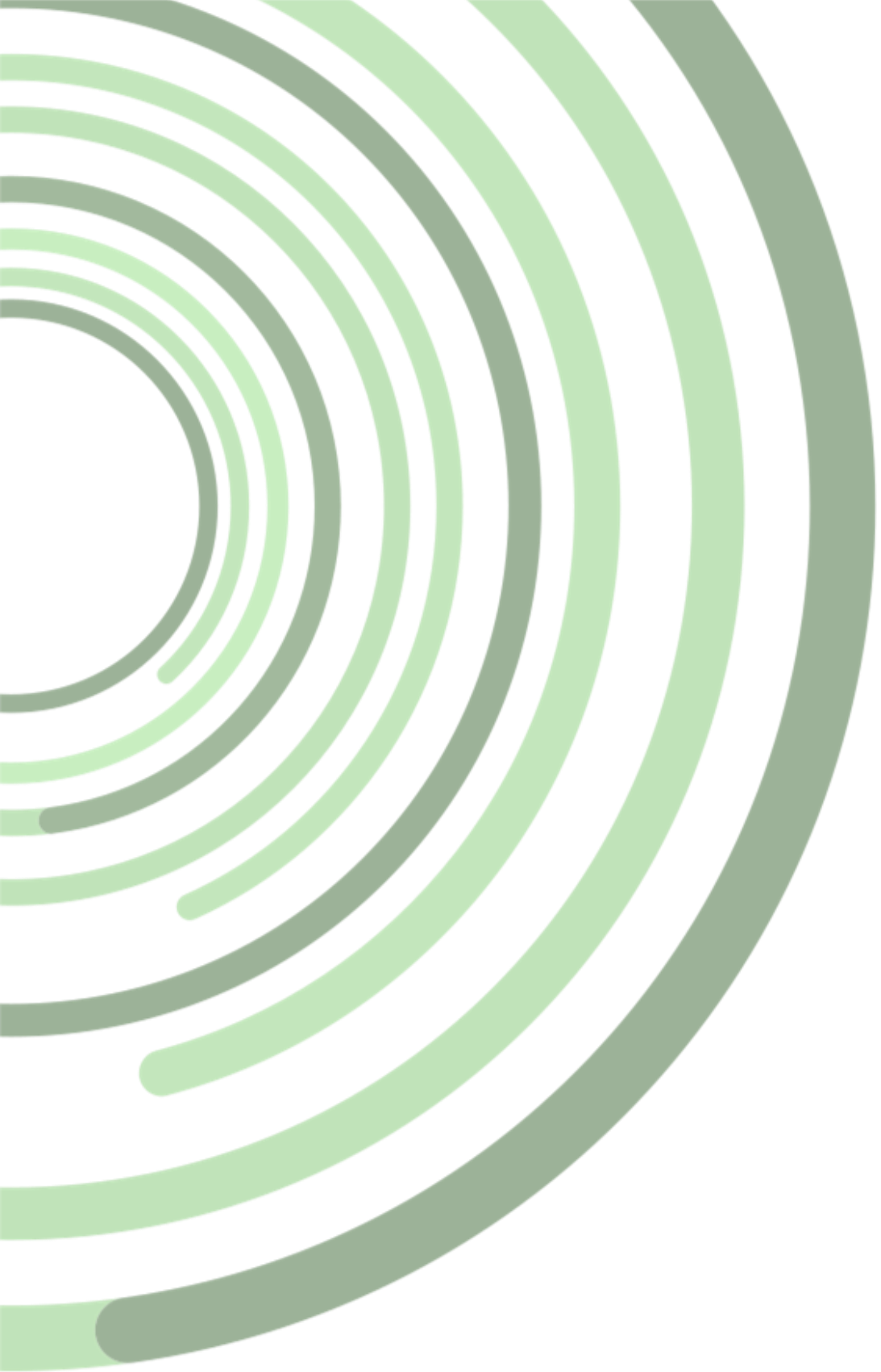
Infância e Juventude na
Região Autónoma da Madeira

Dezembro 2023



UMA INICIATIVA ERPI PORTUGAL

OBSERVATORIO
NACIONAL
luta contra a pobreza



UMA INICIATIVA EAPN PORTUGAL

OBSERVATÓRIO
NACIONAL
luta contra a pobreza

INFÂNCIA E JUVENTUDE NA RAM: PERTINÊNCIA E CONTEXTO DA ANÁLISE

O presente boletim pretende contribuir para a análise de algumas das dimensões mais relevantes para o conhecimento da condição social da infância e da juventude na Região Autónoma da Madeira (RAM) e, mais especificamente, para a compreensão da sua relação com as problemáticas associadas à Pobreza e Exclusão Social (PES). Recorrendo aos dados disponíveis mais atualizados, procede-se a uma caracterização dos níveis: sociodemográfico; das estruturas familiares; dos percursos de escolarização; da integração nas esferas do trabalho e do emprego e, finalmente, da PES. Privilegia-se a incidência da análise no grupo social constituído por pessoas com idades compreendidas entre os 0-29 anos. Contudo, dependendo do âmbito temático e da disponibilidade dos dados estatísticos, mobilizam-se seletivamente subgrupos etários, tais como 0-14 anos, 0-17 anos, 0-24 anos, 24-29 anos ou 25-34 anos.

A definição teórica e prática das fases da vida associadas à infância e juventude, bem como a determinação dos limites etários que se lhe encontram associados, constitui um tema complexo e sujeito a diversas interpretações e desafios. No âmbito desta análise, não tem lugar uma discussão sobre os contributos de diferentes tradições disciplinares sobre os conceitos de infância e juventude, nem uma problematização sobre a sua permeabilidade a fatores históricos, sociais e culturais. Nesta análise, adota-se um critério de ordem mais pragmática, orientado pela organização e disponibilização dos dados e das estatísticas oficiais que versam estes grupos sociais e/ou o território da RAM. Assim, e porque também se procura atender às relações que se estabelecem entre as condições da infância e da juventude e às situações de PES, sempre que possível, mobiliza-se o limiar etário dos 0-17 anos, na linha do que se encontra internacionalmente preconizado, por exemplo pela UNICEF e pela OCDE, e dos trabalhos realizados sobre pobreza infantil em Portugal. Registe-se que, para o cálculo da taxa de pobreza por agregado familiar, o Instituto Nacional de Estatística (INE) adiciona ao grupo “0-17 anos” os indivíduos com “18-24 anos” economicamente dependentes. Ou seja, nesta definição, o critério etário é suplantado pela condição social de minoridade social, expressa em termos de dependência económica (Diogo, 2018). Esta situação evidencia a dependência social e financeira das famílias de enquadramento, enquanto condição comum à infância e juventude e, portanto, a necessária referência aos recursos e capacidades das suas unidades familiares para aceder à compreensão da sua relação com os fenómenos de PES. Contudo, este lato intervalo etário (dos 0 aos 17 ou 24 anos) compreende etapas de vida muito diferentes, em termos biológicos e sociais, e integra diversas fases de interceção e de transição dos territórios da infância para a juventude, tocando e adentrando mesmo as fronteiras com a idade adulta. Portanto, quer na perspetiva dos

indicadores de natureza estatística, quer no domínio da análise das políticas públicas, faz sentido atender ao facto de as crianças e os jovens constituírem grupos sociais com características e necessidades próprias, distintas das dos adultos. Afirmam-se, por isso, enquanto destinatários de direito próprio de um olhar singular, em termos de estudo e de análise, mas também de modalidades de intervenção política e de apoio social específicos que atendam simultaneamente aos seus diferenciados enquadramentos familiares (Diogo, Trevisan e Sarmento, 2021).

No que concerne à situação de pobreza, e porque esta se define ao nível do agregado familiar (considerando a condição comum das pessoas que partilham uma habitação e que comungam de um conjunto determinado de recursos), sublinha-se o facto de poder “ser transmitida de pais para filhos porque as crianças que crescem em agregados que se encontram em risco de pobreza têm maior tendência de enfrentar problemas de fragilidade económica quando adultos” (Peralta, Carvalho e Fonseca, 2023). Ora, a quebra do ciclo de transmissão intergeracional da pobreza constitui um dos maiores desafios para as sociedades democráticas contemporâneas e exige a formulação e a implementação concertada de estratégias políticas que atendam às especificidades dos territórios e pugnem pela melhoria das condições de acesso à saúde, educação e habitação de qualidade, contemplando a criação de oportunidades de emprego digno e apoio à vida familiar. É, portanto, neste espírito, e em consonância com os eixos prioritários de intervenção contemplados, por exemplo, no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, que se definem e afirmam alguns dos principais documentos da atual orientação política. No âmbito nacional, visando a problemática da PES, destacam-se a Estratégia Nacional de Luta Contra a Pobreza (2021-2030) e o seu primeiro Plano de Ação (2022-2025) e, no domínio específico da infância e da juventude, a Estratégia Nacional dos Direitos das Crianças (2021-2024) e o Plano de Ação da Garantia para a Infância (2022-2030). Analogamente, mas atendendo às especificidades da RAM, destacam-se a Estratégia Regional de Inclusão Social e Combate à Pobreza (2021-2030) e seu respetivo Plano de Ação (2021-2024), bem como o Plano Regional para a Infância e Juventude (2022-2026).

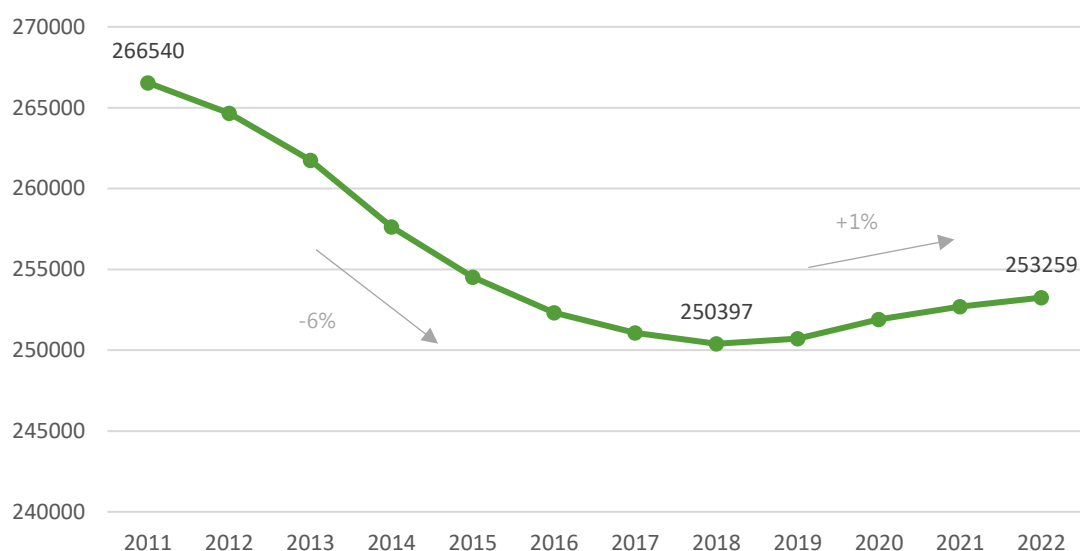
A centralidade social e política da infância e da juventude, designadamente nos nexos e nas relações que tece com a problemática da PES (ONLCP, 2020b), justifica a importância de acompanhar de perto a caracterização e configuração destes grupos sociais, mais especificamente ainda, no seio da delimitação sociogeográfica insular da RAM (ONLCP, 2020a, 2021a, 2022a). Para este efeito, mobilizam-se sobretudo os resultados decorrentes das últimas operações censitárias (2021 e 2011) ou estimativas mais recentes, disponibilizados pela Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) e pelo INE. Na área da Educação, recorre-se, sobretudo, à informação produzida pelo Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira (OERAM). Na esfera do trabalho, são utilizados, predominantemente, os dados do Inquérito ao Emprego e para a análise da PES mobilizam-se as informações do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

1. ENQUADRAMENTO SOCIODEMOGRÁFICO

Em 2022, residem na RAM 253.259 pessoas, das quais 47% são do sexo masculino (119.062 homens) e 53% são do sexo feminino (134.197 mulheres) (DREM, 2023). Na última década, assumindo como referência o ano dos Censos de 2011, a RAM regista o número mais elevado de população residente em 2011 (266.540 pessoas) e manifesta uma tendência decrescente até 2018 (250.397 pessoas). A diminuição, de cerca de 6% registada entre 2011-2018, inverte-se no período subsequente, de 2019-2022, mas com uma expressão bastante mais modesta, aumentando cerca de 1% (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 | EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA RAM

(2011-2022 | N.º)



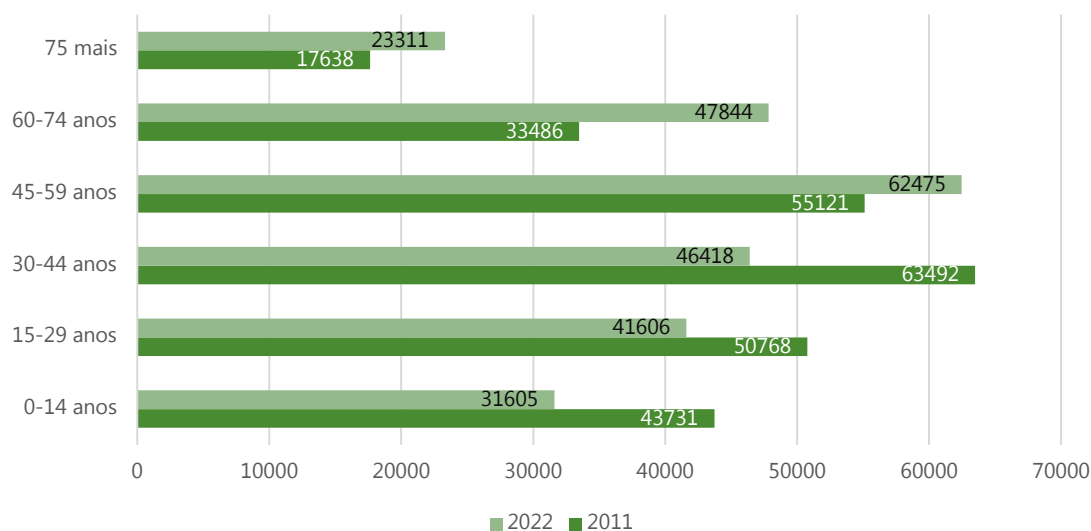
Fonte: INE e DREM.

Globalmente, entre 2011 e 2022, a redução estimada de cerca de 5% (13.281 pessoas) da população residente na RAM ocorre por via da diminuição dos contingentes etários associados à infância, à juventude e a uma parte dos adultos em idade ativa. É entre as crianças, com idades compreendidas entre os 0-14 anos, que a RAM regista o decréscimo mais significativo: 27.7% (12.126 crianças). Conforme análise desenvolvida no Boletim dedicado à “Pobreza e exclusão na RAM: primeiros dados no contexto da pandemia”, inclui-se nesta categoria etária a “população que nasceu entre 2011 e 2015, ou seja, durante o período de resgate financeiro internacional (2011-2014) e de maior intensidade da crise financeira, económica e social” (ONLCP, 2021a). Os efeitos demográficos do período da última grande crise financeira manifestam-se ainda na diminuição de 18% (9.162) registada entre jovens (15-29 anos). Finalmente, entre os adultos em idade ativa, destaca-se a redução de 26.7% (17.074) das pessoas com idades compreendidas entre os 30 e os 44 anos. A dinâmica populacional de sentido contrário, ou seja, de expansão, verifica-

se de forma muito expressiva nos grupos com idades compreendidas entre os 60-74 anos (aumento de 42.9%, representando mais 14.358 pessoas) e com 75 e mais anos (cresce 32.2%, representando mais 5.673 pessoas)¹ (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 | EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA RAM

POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS (2011-2022 | N.º)



Fonte: INE e DREM.

A tendência de envelhecimento demográfico registada na RAM acompanha a dinâmica geral do País, em virtude do aumento da proporção de pessoas idosas e do decréscimo do peso relativo de crianças, jovens e de pessoas em idade ativa na população total. Entre 2011 e 2022, o Índice de Dependência Total da RAM aumenta de 45 para 49 jovens e idosos, por cada 100 pessoas em idade ativa. Inversamente, o Índice de Dependência de Jovens baixa de 24 para 19 jovens, por cada 100 pessoas em idade ativa. Em 2022, a proporção de crianças (0-14 anos) na RAM (12.5%) é ligeiramente inferior à do conjunto do país (12.9%). Mas, a proporção de jovens (15-29 anos) na RAM (16.4%) ultrapassa a do país na sua globalidade (15.6%). Os municípios de Câmara de Lobos e Santa Cruz apresentam a proporção mais elevada de crianças (0-14 anos) – 14.6% em ambos os municípios. Mas, apenas o município de Câmara de Lobos mantém essa liderança, no que concerne à proporção de jovens (15-29 anos), com 19.7%, seguido pelos municípios de Ribeira Brava (17.8%) e Ponta do Sol (17.7%) (Tabela 1).

¹ Sobre as dinâmicas especificamente inerentes a estes grupos populacionais, cf. Boletim sobre “Envelhecimento na Região Autónoma da Madeira” em que se abordam, entre outros fatores, a “sobre representação da população estrangeira idosa em algumas comunidades estrangeiras, nomeadamente europeias” e “os portugueses que retornam a este território após um período de emigração” (ONLCP, 2022b).

TABELA 1 | DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA RAM

POR MUNICÍPIO E GRUPO ETÁRIO (2022-N.º E %)

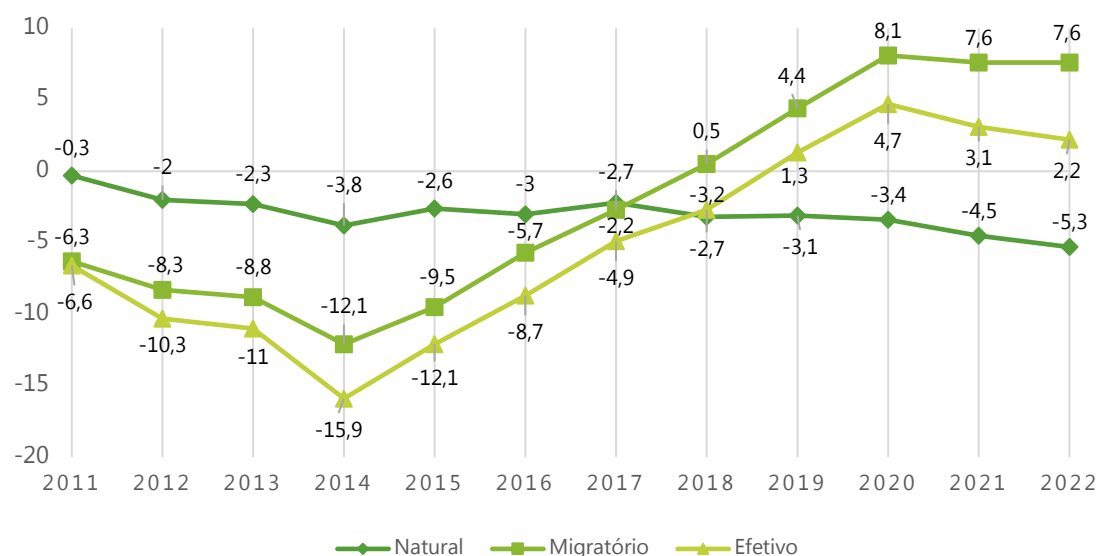
	0-14 ANOS	%	15-29 ANOS	%	0-29 ANOS	%	TOTAL
CALHETA	1 248	11.4	1 647	15.0	2 895	26.4	10 962
CÂMARA DE LOBOS	4 744	14.6	6 391	19.7	11 135	34.4	32 416
FUNCHAL	12 567	11.8	16 502	15.5	29 069	27.3	106 429
MACHICO	2 155	11.0	3 229	16.6	5 384	27.6	19 508
PONTA DO SOL	990	11.6	1 506	17.7	2 496	29.3	8 518
PORTO MONIZ	224	9.0	367	14.7	591	23.6	2 499
PORTO SANTO	628	11.7	847	15.8	1 475	27.6	5 346
RIBEIRA BRAVA	1 580	12.3	2 293	17.8	3 873	30.1	12 854
SANTA CRUZ	6 344	14.6	7 184	16.5	13 528	31.2	43 416
SANTANA	644	10.0	902	14.0	1 546	24.0	6 452
SÃO VICENTE	481	9.9	738	15.2	1 219	25.1	4 859
RAM	31 605	12.5	41 606	16.4	73 211	28.9	253 259
PORTUGAL	1 351 011	12.9	1 632 295	15.6	2 983 306	28.5	10 467 366

Fonte: INE e DREM.

De acordo com os resultados dos Censos 2021, em cerca de uma década, a idade média da população residente da RAM aumentou 5.2 anos, cifrando-se em 44.4 anos (46.3 anos para as mulheres e 42.4 anos para os homens). Este aumento da idade da média da população residente é transversal a todo o território, contudo observam-se predominantemente idades médias mais elevadas na costa norte da ilha da Madeira (DREM, 2023a). Para a compreensão da variação demográfica da RAM, importa também mobilizar as componentes de crescimento natural e migratório. No período compreendido entre 2011-2022, a RAM regista persistentemente Taxas de Crescimento Natural negativas, atingindo a taxa mais baixa, justamente em 2022 (-5.3‰). Portanto, o que parece justificar os valores positivos da Taxa de Crescimento Efetivo (2.2‰ em 2022) registados na Região é a Taxa de Crescimento Migratório (7.6‰ em 2022), que a partir de 2019 se sobrepõe e compensa as Taxas de Crescimento Natural negativas (Gráfico 3). No que concerne aos municípios, os maiores crescimentos populacionais em termos relativos foram observados em Porto Santo (26,0‰) e Santa Cruz (10,5‰). Porto Moniz (-13,2‰), Santana (-12,2‰), Calheta (-11,5‰) e São Vicente (-10,9‰) apresentam as mais expressivas taxas de crescimento natural negativas. Porto Santo (30,3‰), Porto Moniz (15,6‰) e Ponta do Sol (12,8‰) registam os maiores crescimentos migratórios em termos relativos (DREM, 2023b).

GRÁFICO 3 | EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL, MIGRATÓRIO E EFETIVO NA RAM

(2011-2022 | ‰)



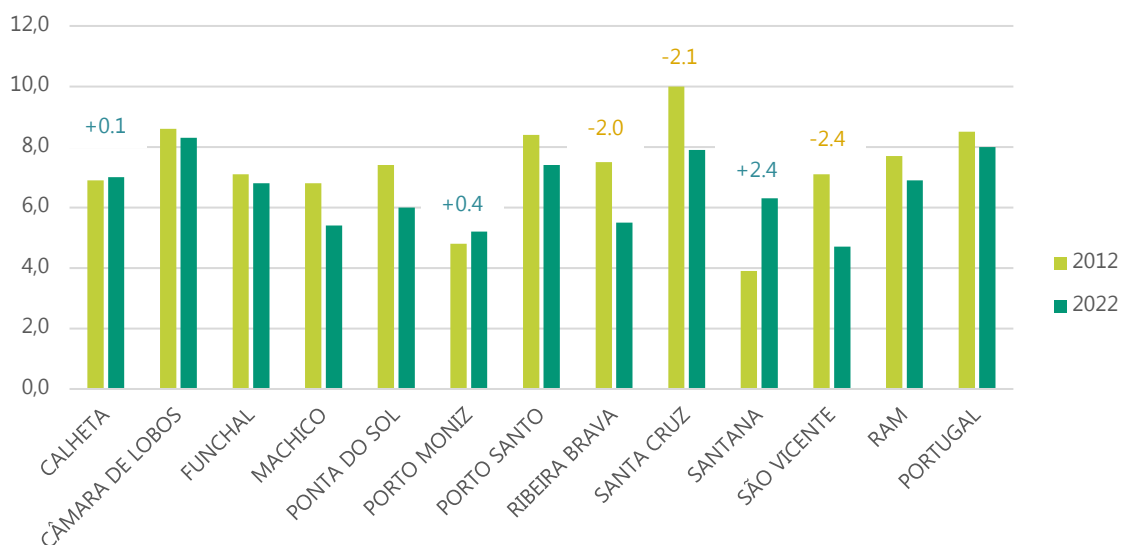
Fonte: INE e DREM.

No final de 2022, registava-se o valor mais elevado de **população estrangeira** residente na RAM, no período em análise: 11.793 pessoas (5.848 homens e 5.945 mulheres), representando 4.7% da população residente na Região. Os nacionais da Venezuela (19.7%), Reino Unido (11.8%), Alemanha (9.4%) e Brasil (9.2%) constituem as principais comunidades estrangeiras a residir na RAM e concentram-se predominantemente no Funchal (51.1%), seguindo-se Santa Cruz (13.3%) e Calheta (10%) (DREM, 2023b).

No que concerne ao desempenho da RAM em matéria de **natalidade e fecundidade**, em 2022, registam-se 1.758 nados-vivos (filhos de mães residentes na RAM), correspondendo a uma taxa bruta de natalidade de 6.9 nados-vivos por mil habitantes. Entre 2012-2022, a taxa de natalidade oscilou entre 6.7 nados-vivos por mil habitantes, registado em 2014, e 7.8, em 2017. No mesmo período, apenas os municípios de Santana, Porto Moniz e Calheta registam aumentos ao nível da taxa bruta de natalidade, sendo o maior aumento observado em Santana, passando de 3.9‰, em 2012, para 6.3‰, em 2022. Em contrapartida, os demais municípios apresentam uma diminuição da taxa de natalidade, com destaque para São Vicente (7.1‰ em 2012 e 4.7‰ em 2022), Santa Cruz (10‰ em 2012 e 7.9‰ em 2022) e Ribeira Brava (7.5‰ em 2012 e 5,5‰ em 2022) (Gráfico 4).

GRÁFICO 4 | TAXA BRUTA DE NATALIDADE NA RAM

POR MUNICÍPIO (2012-2022 | ‰)

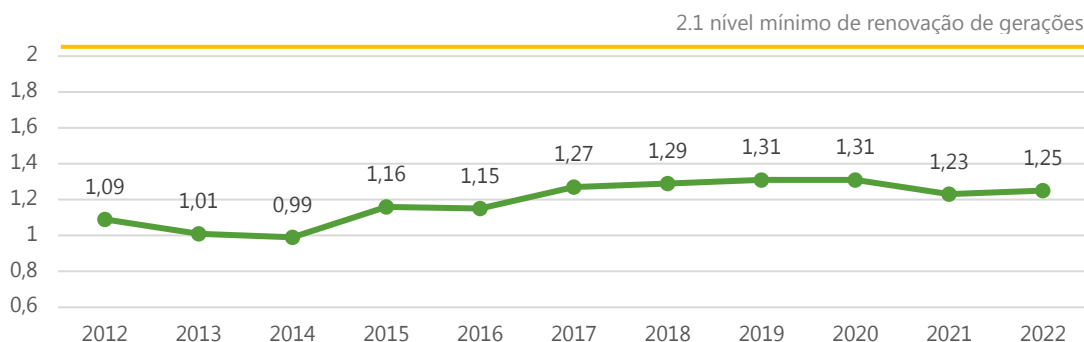


Fonte: INE e DREM

Em 2022, contabilizaram-se 31.9 nados-vivos por mil mulheres em idade fértil (15-49 anos) (representando um ligeiro aumento face 2021 – 31.5‰) e uma taxa de fecundidade na adolescência de 3.6‰, assinalando a continuidade da tendência decrescente registada neste indicador desde 2014 (9‰). 2014 é também o ano em que o número médio de filhos por mulher em idade fértil, traduzido pelo índice sintético de fecundidade, atingiu o valor mais baixo alguma vez registado na RAM (0.99 filhos por mulher) – menos de 1 filho por mulher. Nos anos seguintes, regista-se uma ligeira recuperação deste índice e em 2022, o número médio de filhos por mulher em idade fértil ascende a 1.25 filhos por mulher (ainda assim, o valor mais baixo registado em todas as regiões de Portugal) (Gráfico 5). Note-se que a RAM acompanha a tendência observada para a média do país, onde desde o início da década de 80, o índice sintético de fecundidade permanece inferior a 2,1 filhos por mulher, considerado o valor mínimo necessário para assegurar a renovação de gerações (DREM, 2023b).

GRÁFICO 5 | EVOLUÇÃO ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE NA RAM

(2012-2022 | N.º)



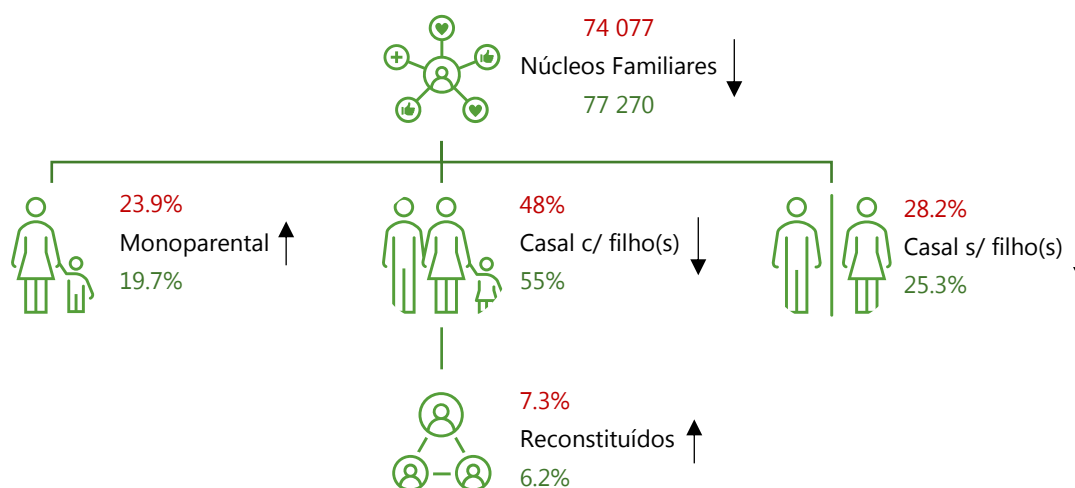
Fonte: INE e DREM

2. ESTRUTURAS FAMILIARES

Na análise relativa às estruturas familiares, procura-se compreender e caracterizar os contextos familiares das crianças e jovens da RAM. De acordo com os Censos 2021, identificam-se na RAM 74.077 núcleos familiares, o que representa, em relação a 2011, uma redução de 4.1% (-3.193 núcleos familiares). Os filhos constituem um dos elementos presentes na maioria dos núcleos familiares: 48% dizem respeito a casais com filhos e 23.9% a famílias monoparentais. 28.2% dos núcleos familiares dizem respeito a casais sem filhos. Relativamente a 2011, regista-se uma diminuição de 16.4% no número de núcleos familiares de casais com filhos. Inversamente, aumentou o número de núcleos de casais sem filhos (+6.7%) e o número de famílias monoparentais (+16.3%). Embora quantitativamente menos expressiva do que as demais categorias, importa também atender às dinâmicas de recomposição familiar, a partir das quais se formam casais com pelo menos um filho não comum ao casal – em 2021, contabilizam-se 2.600 núcleos familiares reconstituídos. Apesar de o número total de núcleos familiares reconstituídos ter baixado 2% relativamente a 2011 (-54 núcleos familiares reconstituídos), a sua representatividade no total de núcleos de casais com filhos aumentou de 6.2% em 2011 para 7.3% em 2021. Em Portugal, a grande maioria (81%) dos 1.3 milhões de crianças e jovens vive em núcleos familiares compostos por um casal em união de direito ou de facto, e 19% vive numa família monoparental, sobretudo com a mãe (89%) (PORDATA, 2023).

FIGURA 1 | NÚCLEOS FAMILIARES NA RAM

(2011-2021 | N.º e %)



Fonte: INE e DREM.

Na RAM, entre 2011 e 2021, o número de filhos nos núcleos familiares reduz-se em 21.6%, passando de 70.625 para 55.335 filhos. Não obstante, os filhos continuam presentes na maioria dos núcleos familiares (71.8%, em 2021, e 74.7%, em 2011), registando-se um valor médio de 1.5 filhos por núcleo familiar (inferior a 1.61, aferido em 2011). No que concerne aos núcleos familiares do tipo casal com filhos, o número médio de filhos cifra-se em 1.56 filhos, revelando uma diminuição com o valor verificado em 2011, que era de 1.66 filhos. Este decréscimo acompanha a tendência da generalidade do país (1.55, em 2011, e 1.54, em 2021). Entre 2011 e 2021, o decréscimo do número médio de filhos por núcleo familiar de casais foi uma tendência generalizada em toda a Região, destacando-se a redução acentuada registada em Câmara de Lobos. Não obstante, em 2021, Câmara de Lobos apresenta-se como o município com o maior número médio de filhos por casal (1.67 filhos). No mesmo ano, Porto Santo apresenta o menor número médio de filhos por núcleo (1.47 filhos) (Gráfico 6). A análise das crianças nascidas nos últimos 15 anos, no seio de núcleos familiares de casais predominantemente jovens ou com filhos mais pequenos, evidencia uma quebra mais acentuada, tanto na RAM (0.85 filhos, em 2011, e 0.75 filhos, em 2021) como no país (0.81 filhos, em 2011, e 0.69 filhos, em 2021). Trata-se de um decréscimo expectável, atendendo à contínua diminuição do número de nascimentos nas últimas décadas em Portugal.

GRÁFICO 6 | NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR NÚCLEO FAMILIAR DE CASAIS COM FILHOS NA RAM
POR MUNICÍPIO (2011-2021 | N.º)



Fonte: INE e DREM.

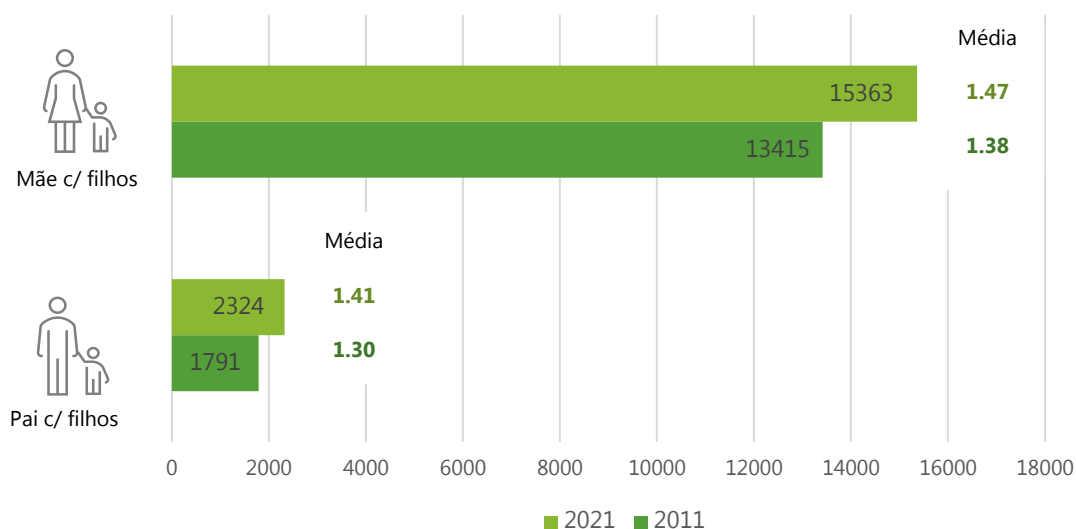
No que concerne às características destes **núcleos familiares de casais com filhos**, em 2021, a maioria (51.8%) tinha ambos os membros do casal empregados (50.4%, em 2011). Esta proporção diminuiu para 18.3%, nos casos em que se regista situações de desemprego ou inatividade em ambos os membros do casal (17.1%, em 2011). Portanto, evidencia-se a relação que se estabelece

entre o número médio de filhos por núcleo familiar de casais com filhos e a condição de emprego dos membros do casal: em situação de emprego, a média é de 1.59 filhos, contrastando com a média de 1.43 filhos, nas situações de desemprego ou inatividade para ambos os membros do casal. Essa diferença é ainda mais assinalável quando se consideram apenas as crianças até aos 15 anos de idade: 0.86 crianças por núcleo para casais empregados e 0.30 crianças por núcleo para casais desempregados ou inativos. Em relação ao nível de escolaridade dos casais com filhos, predomina o 3º Ciclo do Ensino Básico (CEB) (45.6%, em 2021, e 64.2%, em 2011) e é menos expressivo o Ensino Superior (11.4%, em 2021, e 6.6%, em 2011). Em 2021, o maior número médio de filhos regista-se entre os casais com o Ensino Superior (1.65 filhos), em detrimento dos casais com o Ensino Básico (1.54 filhos). Este cenário contrasta com a dinâmica que se observava em 2011, onde casais com o Ensino Básico tinham mais filhos (1.72 filhos) do que os casais com Ensino Superior (1.63 filhos). Portanto, os dados mais recentes indicam que o número médio de crianças por núcleo familiar de casais com filhos tende a aumentar com o nível de escolaridade do casal. Esta tendência acentua-se ainda mais entre os casais que tiveram filhos nos últimos 15 anos: 1.14 crianças por núcleos de casais com um nível de Ensino Superior e 0.41 crianças por núcleos de casais com Ensino Básico. Então, entre 2011 e 2021, é entre os casais em que ambos os membros detêm níveis de escolaridade mais baixos que se regista uma diminuição do número médio de filhos, passando de 1.72 para 1.54 filhos, o que constitui uma tendência contrária à observada nas demais combinações de escolaridade entre os casais. Atendendo à diminuição geral do número de nascimentos, esta situação pode ser também explicada pelo aumento do número de filhos em idade jovem ou mesmo adulta que permanecem em regime de coabitação nos núcleos familiares de origem.

Em 2021, os **núcleos familiares monoparentais** ascendiam 17.687 núcleos, representando um acréscimo de 2.481 núcleos, relativamente a 2011. A maioria destes núcleos familiares dizem respeito à tipologia “mãe com filho(s)” (86.9%, em 2021, e 88.2%, em 2011). Consequentemente, é bem menos expressiva a categoria “pai com filho(s)” (13.1%, em 2021, e 11.8%, em 2011). Apesar do aumento do número de famílias monoparentais, regista-se uma diminuição do número médio de filhos por núcleo familiar, de 1.41, em 2011, para 1.30, em 2021 (Gráfico 7). Em 2021, tal como nos núcleos de casais com filhos, predominaram os núcleos monoparentais em que o pai ou a mãe tinha o 3º CEB como nível de escolaridade máximo (66.3% e 80.6%, em 2011), sendo que 13.4% destes núcleos tinham um progenitor com Ensino Superior (8.5%, em 2011). É nos núcleos monoparentais mais escolarizados que se regista o maior número médio de filhos e de crianças (1.39 filhos e 0.66 crianças), por comparação com os núcleos onde o pai ou a mãe têm no máximo o 3º CEB (1.38 filhos e 0.26 crianças). Note-se que também entre os núcleos monoparentais se manifesta uma correlação entre o aumento do nível de escolaridade e o aumento do número médio de filhos nascidos nos últimos 15 anos.

GRÁFICO 7 | NÚCLEOS FAMILIARES MONOPARENTAIS E NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR NÚCLEO NA RAM

(2011-2021 | N.º)

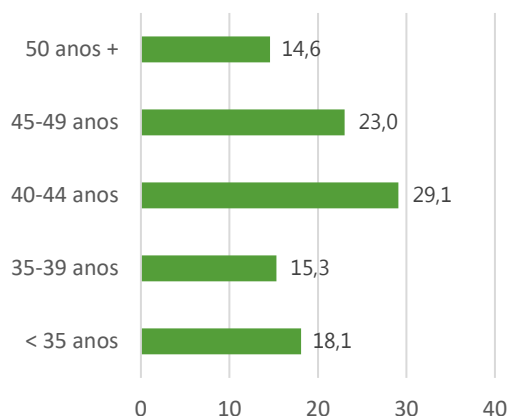


Fonte: INE e DREM.

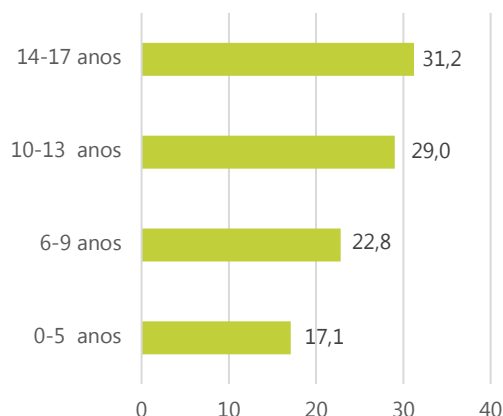
Os dados de âmbito nacional, referentes ao Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2021, sobre o módulo “Condições de vida das crianças” e, mais concretamente, incidindo sobre as características das famílias separadas ou reconstituídas, indicam que cerca de 1.8% da população adulta em idade ativa tem filhos menores residentes fora do seu agregado familiar (INE, 2022). A guarda das crianças que vivem fora do agregado encontra-se atribuída sobretudo ao progenitor com quem vivem (74.1%), e em 18.7% dos casos a guarda é partilhada. Mais de metade dos adultos com filhos menores fora do agregado têm idades compreendidas entre 40-44 anos (29.1%) e os 45-49 anos (23.1%) (Gráfico 8). A maioria dos filhos menores fora do agregado têm entre 10-13 anos (29%) e entre 14-17 anos (31.2%) (Gráfico 9). A partir desse inquérito, e ressalvando que estes dados se referem à realidade nacional e que, portanto, é possível que existam especificidades de cariz regional, é também possível saber que mais de 70% dos progenitores habitam em locais relativamente próximos do local de residência do(s) filho(s) do agregado (tempo de deslocação: 30.1% - 10 minutos ou menos; 40.3% - 11 a 30 minutos). 74.5% dos progenitores referem dispor de um quarto individual ou partilhado para o(s) filho(s) fora do agregado pernoitarem. Em média, esta situação de pernoita ocorre com a seguinte frequência: pelo menos 4 noites/mês (20.9%); 4 a 7 noites/mês (19.3%) e 8 a 15 noites/mês (25.1%). Cerca de 42.3% referem ter contacto diário com o(s) filho(s) fora do agregado através de telefone, videochamada ou redes sociais e 32.1% fazem-no numa base semanal (INE, 2022).

GRÁFICOS 8 E 9 | DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ADULTA COM FILHOS MENORES FORA DO AGREGADO

POR GRUPO ETÁRIO, PORTUGAL (2021 | %)



POR IDADE MÉDIA DOS FILHOS, PORTUGAL (2021 | %)



Fonte: INE.

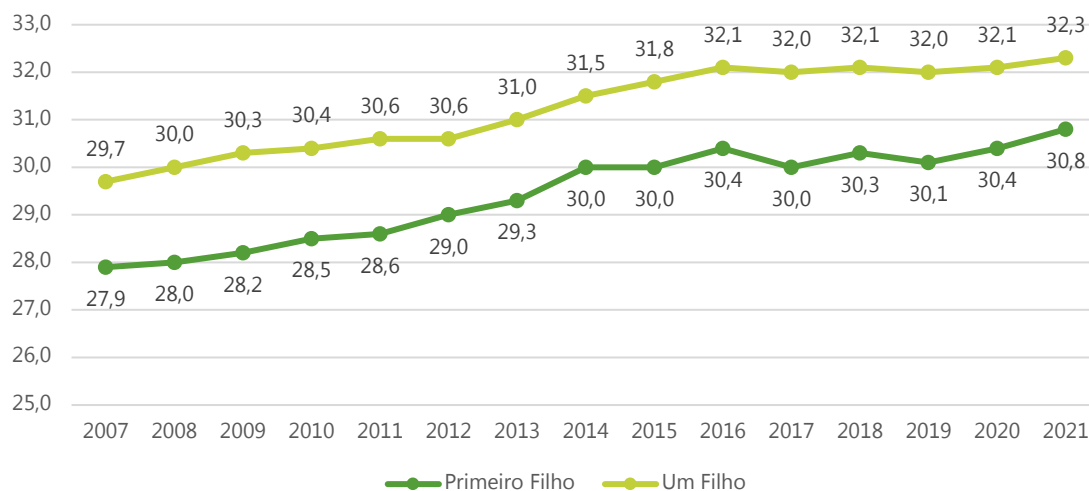
A compreensão das dinâmicas gerais associadas à natalidade e à fecundidade impele a análise para a sinalização de alterações comportamentais ligadas à parentalidade. Entre 2007 e 2021 nasceram 31.537 crianças vivas (0-14 anos)², filhas de mães residentes na RAM, das quais 16.106 eram rapazes (51.1%) e 15.431 raparigas (48.9%). Em 93% destes nascimentos, os pais tinham ambos nacionalidade portuguesa, sendo que, em 4.2%, um dos pais tinha nacionalidade estrangeira e, em 1.5%, tinham ambos nacionalidade estrangeira. Do total de nascimentos de crianças entre 2007 e 2021, 52.7% (16.619) nasceram até 2013, ou seja, em 2021, potencialmente, tinham entre 8-14 anos. As crianças que, em 2021, potencialmente, tinham 4 ou menos anos representavam 29.7% das crianças, sendo que 29.9% tinham entre 5-9 anos e 40.4% entre 10-14 anos. Ao longo destes 15 anos, o número de nados-vivos baixou a uma taxa média de crescimento anual de -3.1%, passando de 2.718 crianças nascidas vivas em 2007 para apenas 1.744 em 2021, sublinhando, assim, a tendência de declínio da fecundidade (DREM, 2023e).

Para além da diminuição do número de crianças, constata-se também que mães e pais têm vindo a adiar o nascimento dos filhos e do primeiro filho. Note-se igualmente que, principalmente no caso das mulheres, quanto maior a idade da mãe ao nascimento da primeira criança, menor a probabilidade de vir a gerar uma segunda ou terceira criança, atendendo à redução do intervalo de tempo para a concretização de planos reprodutivos. Esta tendência para o adiamento da parentalidade fica bem patente nos 15 anos em análise e reflete-se no aumento da idade média da mãe ao nascimento dos filhos, que passa de 29.7 anos, em 2007, para 32.3 anos, em 2021 (mais

² Portanto, os 15 anos decorridos entre 2007 e 2021 dizem respeito a crianças que, a 31 de dezembro de 2021, potencialmente, tinham entre 0 (nascidas em 2021) e 14 anos (nascidas em 2007).

2.6 anos) e no aumento de quase 3 anos da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, passando de 27.9 anos, em 2007, para 30.8 anos, em 2021 (Gráfico 10).

GRÁFICO 10 | EVOLUÇÃO DA IDADE MÉDIA DA MÃE AO NASCIMENTO DE UM FILHO E PRIMEIRO FILHO NA RAM (2007- 2021 | N.º - ANOS)



Fonte: INE e DREM.

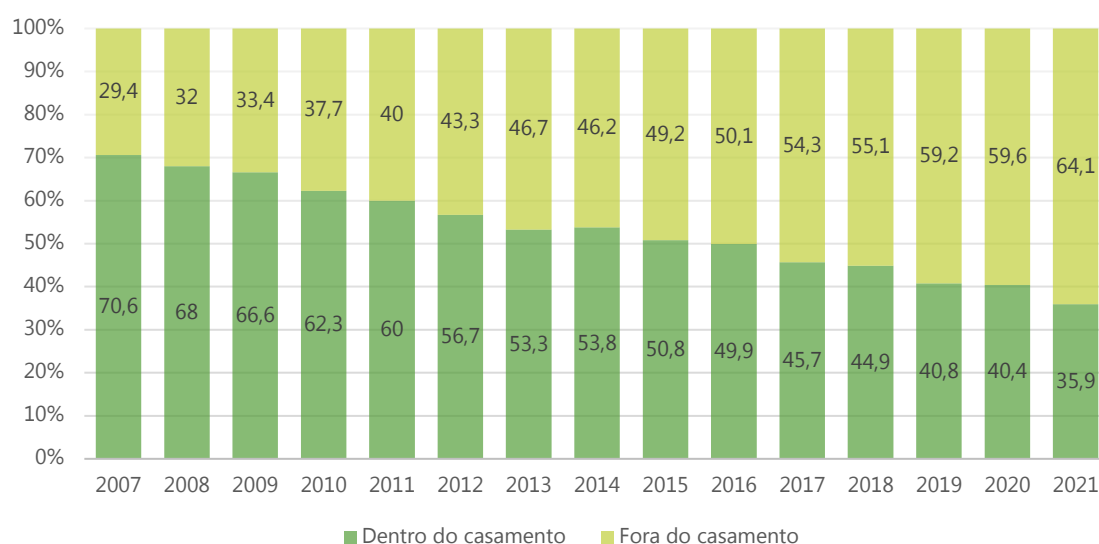
Em 2022, na RAM, a maior concentração de nascimentos ocorre entre mulheres com idade superior a 29 anos (64.4%), sendo que 54.9% das mulheres têm idades compreendidas entre os 30-39 anos e 9.4% têm 40 ou mais anos. O número de mães adolescentes (19 ou menos anos) mantém a tendência decrescente verificada nos últimos anos, cingindo-se a 1.4%. Em 2022, as mães residentes na Região tiveram o primeiro filho aos 30.5 anos (idade média) e 32.2 anos (idade média) ao nascimento de um filho (DREM, 2023d). Os dados recolhidos por via do Inquérito à Fecundidade, embora já realizado em 2019, permitem conhecer alguns dos motivos que condicionam a decisão de ter ou não ter (mais) filhos, apontados pelas mulheres residentes na RAM. A grande maioria das mulheres (84.8%), dos 18 aos 49 anos, aponta a vontade de ser mãe como o motivo para ter tido um filho na altura em que teve. Perante a situação hipotética de “uma família com crianças em idade pré-escolar” , 62.9% das mulheres considera que a opção ideal para a conciliação entre o trabalho e a vida familiar passaria pelo trabalho a tempo parcial. Sobre a relação entre a maternidade e a vida familiar, 87.4%, consideram que “uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável” e 81.5% concordam que “o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos. No domínio das condições de trabalho, a medida mais frequentemente referida como a mais importante passa pela flexibilização dos horários de trabalho para mães e pais com filhos pequenos” (41.8%). A esmagadora maioria das inquiridas (94.1%) apoia a existência de incentivos à natalidade que passam pela melhoria do acesso a serviços para ocupação dos filhos (45.9% - “alargar a rede e o acesso a creches, jardim-de-infância e Atividades

de Tempos Livres (ATL)”) e pelo reforço dos rendimentos das famílias (45.5% - “aumentar os subsídios relacionados com educação, saúde, transporte, habitação e alimentação dos agregados com filhos”) (DREM, 2023d).

As transformações no domínio das representações sobre a parentalidade e a conjugalidade enquadram as mudanças comportamentais das gerações dos pais das crianças nascidas entre 2007 e 2021, designadamente ao nível dos padrões de formação das suas famílias e, por exemplo, no contínuo aumento da proporção de nascimentos fora do casamento. De facto, entre 2007 e 2021, o peso dos nascimentos dentro do casamento perdeu a sua preponderância no total de nascimentos de crianças. Se em 2007, 70.6% dos pais das crianças nascidas eram casados, em 2021 esta percentagem atinge um valor mínimo para o período em análise, cingindo-se a 35.9%. Contrariamente, a proporção de crianças nascidas fora do casamento aumenta de 29.4% em 2007 para 64.1% em 2021 (Gráfico 11)

GRÁFICO 11 | EVOLUÇÃO DE NADOS-VIVOS, SEGUNDO A FILIAÇÃO NA RAM

(2007- 2021 | %)



Fonte: INE e DREM.

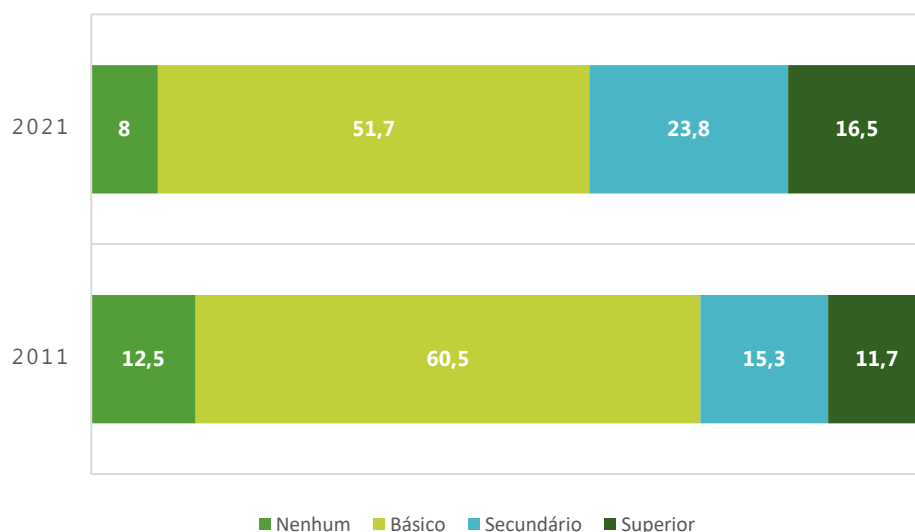
3. PERCURSOS DE ESCOLARIZAÇÃO

Atualmente, as fases de vida da infância e da juventude são particularmente marcadas pela integração em percursos de educação e formação tendencialmente mais longos. A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, veio estabelecer o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e consagrar a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. Interessa, portanto, analisar alguns dos indicadores que nos permitem compreender o comportamento e o desempenho das crianças e dos jovens da

RAM no que concerne aos seus itinerários educativos. Note-se que, entre outros fatores, o baixo nível de escolaridade constitui um dos fatores correlacionados com a PES, porque “não só o acesso dos indivíduos a uma educação de qualidade influencia a empregabilidade das pessoas e a capacidade de os indivíduos acederem a um mercado de trabalho mais qualificado e aumentar os seus bens, como o acesso à educação é um elemento fundamental no desenvolvimento e capacitação pessoal dos indivíduos” (ONLCP, 2021b).

Entre 2011 e 2021, a RAM regista uma melhoria no nível geral de escolaridade da população residente com 15 ou mais anos, com o reforço da população com o Ensino Secundário e Superior e o decréscimo da população sem qualquer nível de escolaridade completo. Em 2021, de acordo com os dados censitários, a proporção da população com o Ensino Secundário cifra-se em 23.8%, correspondendo a uma progressão de 8.5 p.p. face a 2011, e a população com o Ensino Superior representa 16.5%, significando um aumento de 4.8 p.p. (Gráfico 12). Da análise do nível de escolaridade por sexo, destaca-se a sobrerrepresentação das mulheres ao nível do Ensino Superior (19.3% de mulheres e 13.2% de homens), mas também na categoria “Nenhum” nível de escolaridade (9.3% de mulheres e 6.6% de homens). Expectavelmente, os níveis de ensino mais elevados aparecem associados à população mais jovem, destacando-se, por exemplo, o grupo com idades compreendidas entre os 25-29 anos com a percentagem mais elevada de população com o Ensino Superior (32.5%). Regista-se um decréscimo da taxa de analfabetismo para 4.5%, correspondendo a 10.443 pessoas com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever. Face a 2011, este indicador revela um comportamento positivo de diminuição de 2.5 p.p. Não obstante, no cômputo nacional, a RAM permanece como a região com a 2ª maior taxa de analfabetismo, atrás do Alentejo, com 5.41% (DREM, 2023a)

GRÁFICO 12 | POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS NA RAM
POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO (2011-2021 | %)



Fonte: INE e DREM.

No ano letivo 2021/2022, encontravam-se matriculadas na **Educação Pré-Escolar** 6.205 crianças e destas, 54.9% frequentavam estabelecimentos de ensino público. No que concerne ao **Ensino Básico**, encontravam-se matriculadas no 1º CEB 8.995 crianças, sendo que a grande maioria (73.5%) frequentava escolas públicas. Já no 2.º CEB, foram contabilizadas 5.154 crianças, com uma taxa de 86.8% de matrículas em escolas públicas. No 3.º CEB, registam-se 8.950 alunos, com a percentagem mais elevada de crianças matriculadas em estabelecimentos públicos, de 87,9%. Por fim, ao nível do **Ensino Secundário**, observam-se 10.359 indivíduos matriculados, com uma taxa de 84.6% em escolas de natureza pública (OERAM, 2023e).

TABELA 2 | ALUNOS MATRICULADOS NA RAM

POR ANO LETIVO, NÍVEL DE ENSINO/CICLO DE ESTUDO (N.º) E ESTABELECIMENTO PÚBLICO (%) (2011/12-2021/22)

ANOS	PRÉ-ESCOLAR		1º CEB		2º CEB		3º CEB		SECUNDÁRIO		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2011/12	7.618	63,0	13.220	79,5	7.588	89,7	11.855	87,5	11.142	78,1	51.423	80,1
2012/13	7.006	62,9	12.590	78,7	7.320	89,3	11.886	87,9	10.977	81,5	49.779	80,9
2013/14	6.755	61,3	12.000	78,4	7.109	89,4	11.392	90,0	10.941	80,6	48.197	80,9
2014/15	6.586	59,9	11.705	77,9	6.727	88,3	11.039	90,7	11.242	81,3	47.299	80,7
2015/16	6.331	58,3	11.179	77,5	6.226	87,4	10.923	89,9	10.951	82,6	45.610	80,4
2016/17	5.897	56,1	10.836	76,7	6.014	86,7	10.512	89,3	10.854	83,9	44.113	80,1
2017/18	5.581	54,3	10.668	76,2	5.908	86,8	10.238	88,5	10.776	86,4	43.171	80,3
2018/19	5.686	53,4	10.277	76,4	5.853	86,4	9.810	88,2	11.126	86,5	42.752	80,1
2019/20	5.820	53,8	9.910	75,7	5.394	86,8	9.733	87,9	10.982	85,9	41.839	79,6
2020/21	6.003	54,7	9.130	74,7	5.122	87,3	9.260	87,5	10.719	85,5	40.234	79,1
2021/22	6.205	54,9	8.995	73,5	5.154	86,8	8.950	87,9	10.359	84,6	39.663	78,5

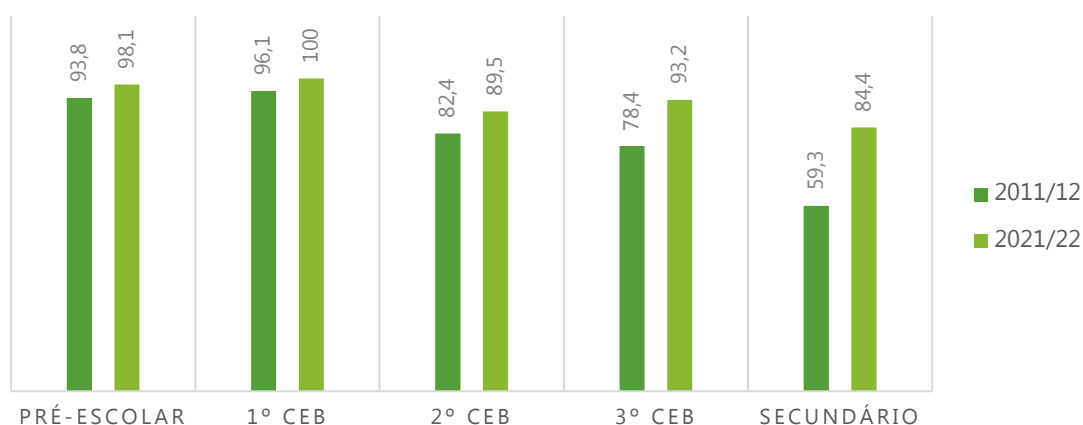
Fonte: OERAM/DRAE/SRE.

Entre 2011/12 e 2021/22, a RAM regista uma diminuição de cerca de 24% no número de alunos inscritos no ensino não-superior, um decréscimo superior ao observado a nível nacional (-17%) e apenas ultrapassado pela região Norte (-25%). Este movimento distribui-se da seguinte forma: -19% no Pré-Escolar; -32% no 1º CEB; -32% no 2º CEB; -25% no 3º CEB e -7% no Ensino Secundário. Note-se que “a reduzida dispersão territorial da população, em parte também motivada pela insularidade do território, pode ser outro fator a contribuir para esta diminuição mais acentuada, em proporção, do número de estabelecimentos de ensino na RAM” (ONLC, 2021b). Não obstante a diminuição generalizada do número de alunos matriculados no ensino não superior, observa-se uma evolução muito favorável ao nível da taxa de real de escolarização. Entre 2011/12 e 2021/22, o 1º CEB atinge 100% e o Pré-escolar regista valores próximos, com uma taxa de 98.1%. O 2º CEB apresenta uma taxa de 89.5% em 2021/22, distanciando-se positivamente da taxa de 82.4%, de 2011/12. O progresso mais assinalável verifica-se ao nível do Ensino Secundário com um aumento de 25.5 p.p. entre 2011/12 e 2021/22 (Gráfico 13). A taxa de escolaridade do nível

de Ensino Secundário da população residente com idade entre 20-24 anos constitui um dos indicadores do domínio da educação contemplado pela Estratégia Portugal 2030, onde se assume o compromisso de, até 2030, 90% da população entre os 20-24 anos ter o nível de Ensino Secundário. Em 2022, a RAM regista uma taxa de 85.8%, assinalando um notável progresso de 31.4 p.p. face ao ano de referência de 2012 (54.4%). para este indicador. É também bastante significativa a aproximação da média regional à média nacional, no sentido da redução do diferencial observado em 2012, de 13.4 p.p. para 3.5 p.p., em 2022 (OERAM, 2023c).

GRÁFICO 13 | EVOLUÇÃO DA TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO NA RAM

POR NÍVEL DE ENSINO (2011/12-2021/22 | %)



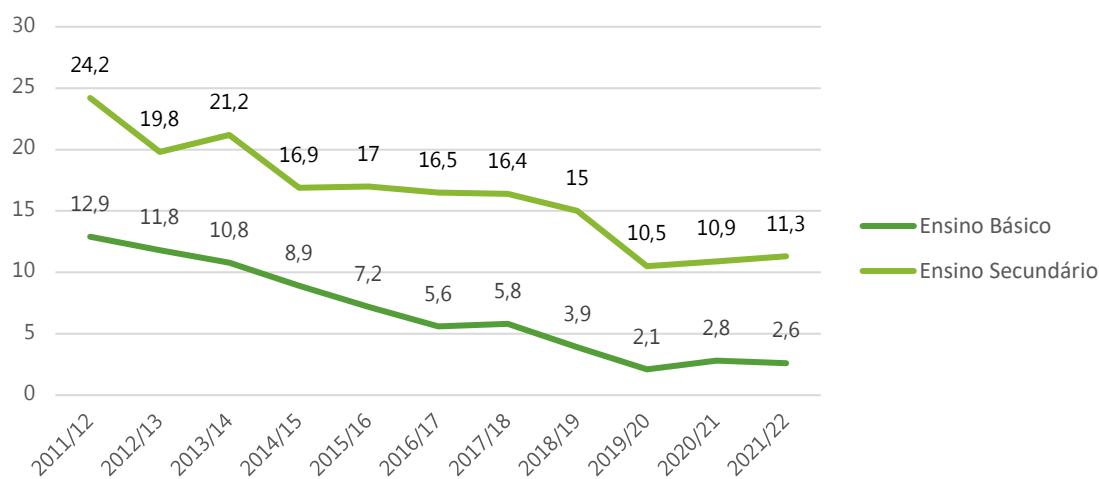
Fonte: OERAM/DRAE/SRE.

Em 2021/2022, a **taxa bruta de pré-escolarização** – proporção de crianças matriculadas na educação pré-escolar no total da população residente com idade entre 3 e 5 anos – foi de 100.7% (OERAM, 2023b). No ano letivo precedente (2020/2021), a proporção de crianças matriculadas no Pré-Escolar, no total da população residente com idades entre 3 e 5 anos, foi superior nos municípios do Funchal (132.2%) e São Vicente (120.5%). Em Santa Cruz (62.2%), Câmara de Lobos (74%), Porto Santo (82.9%) e Ponta do Sol (100.6%) a taxa bruta de pré-escolarização era inferior à apurada para o conjunto da RAM (102.3%, em 2021) (DREM, 2023e). No ano letivo 2021/2022, a **taxa bruta de escolarização** do Ensino Básico na RAM foi de 113,1%, o que significa que cerca de 113,1% da população residente nas idades normais de frequência do ensino básico (6 a 14 anos) se encontrava matriculada 1.º, 2.º ou 3.º CEB. A taxa bruta de escolarização era superior no 3.º CEB (119.1%), seguindo-se uma taxa de 113.1% no 1.º CEB e de 103.8% no 2.º CEB (OERAM, 2023b). No ano letivo anterior (2020/2021), a análise das taxas brutas de escolarização do Ensino Básico mais elevadas registam-se nos seguintes municípios: Funchal (149.3%), Ponta do Sol (128.5%), Calheta (123.9%) e Machico (123.5%). Inversamente, é em Santa Cruz (64.9%) e Câmara de Lobos (80.7%) que se observam as taxas de escolarização mais baixas em comparação com a regional de 113%, em 2021.

A proporção de alunos que, porque ficaram retidos, não concluíram, anularam a matrícula, abandonaram ou foram excluídos por faltas, aponta para uma dimensão de análise centrada no aproveitamento escolar e é sintetizada no indicador da **taxa de retenção e desistência**. Entre 2011/12 e 2021/22, esta taxa tem registado uma evolução positiva na RAM, notavelmente ao nível do Ensino Secundário onde, no período em análise se assiste a uma diminuição de 12.9 p.p.. Ou seja, se em 2011/12 quase um quarto (24.2%) dos alunos matriculados no Ensino Secundário ficavam retidos ou desistiam, em 2021/22 esse valor reduz-se para 11.3%. O cenário de base ao nível do Ensino Básico apresentava-se mais positivo, com uma taxa de retenção e desistência na ordem dos 12.9%, em 2011/12, e progredindo de forma muito positiva para 2.6%, em 2021/22, representando uma diminuição de 10.3p.p. (Gráfico 14).

GRÁFICO 14 | EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NA RAM

POR ANO LETIVO E NÍVEL DE ENSINO (2011/12-2021/22 | %)



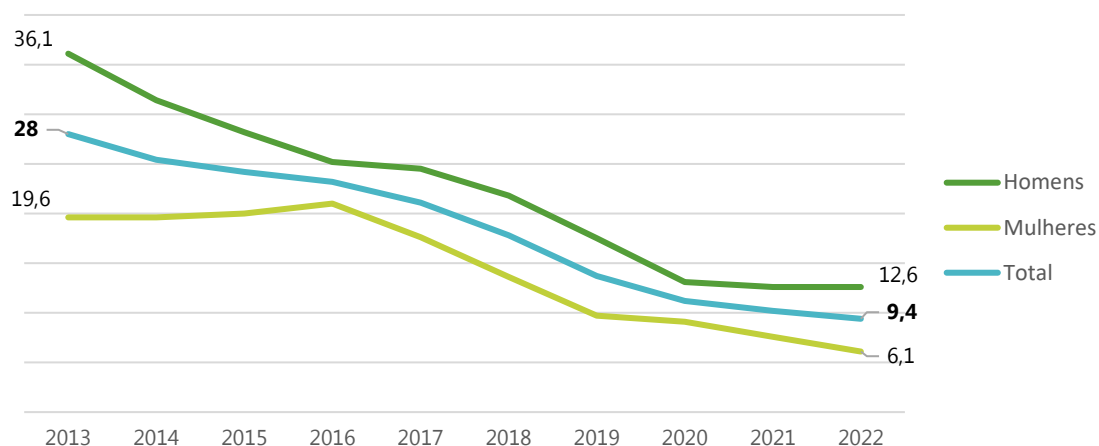
Fonte: OERAM/DRAE/SRE.

Tendo como referência alguns dos compromissos assumidos em matéria de Educação, no âmbito da Estratégia Portugal 2030, é importante considerar também a posição e o contributo da RAM no que respeita à **taxa de abandono precoce de educação e formação**³. Em 2022, esta taxa fixou-se em 9.4%, correspondendo a uma redução de 0,8 p.p. face ao ano precedente. Desde 2013 (primeiro ano da série), este indicador tem diminuído continuamente, num total de 18.6p.p. (28%, em 2013). Regista-se uma aproximação da taxa de abandono precoce regional para a média nacional, que se fixou em 6.9%, refletindo um diferencial de 2.5 p.p. (em 2013, a taxa regional era superior à nacional em 7.2 p.p.). De notar que, em 2022, tal como nos anos anteriores, a taxa em questão é sempre maior para os homens (12.6%, em 2022) do que para as mulheres (6.1%, 2022) (Gráfico 14).

³ Face aos critérios de difusão em vigor, a divulgação deste indicador para a RAM expressa-se em média móvel de 3 anos, ou seja, a taxa do ano n corresponde à média dos anos n-2, n-1 e n. O recurso a uma média móvel permite minimizar questões relacionadas com desvios de padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados, que resultam da baixa frequência do fenómeno.

GRÁFICO 14 | EVOLUÇÃO DA TAXA DE ABANDONO PRECOZE DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NA RAM

MÉDIA MÓVEL DE 3 ANOS (2013-2022 | %)

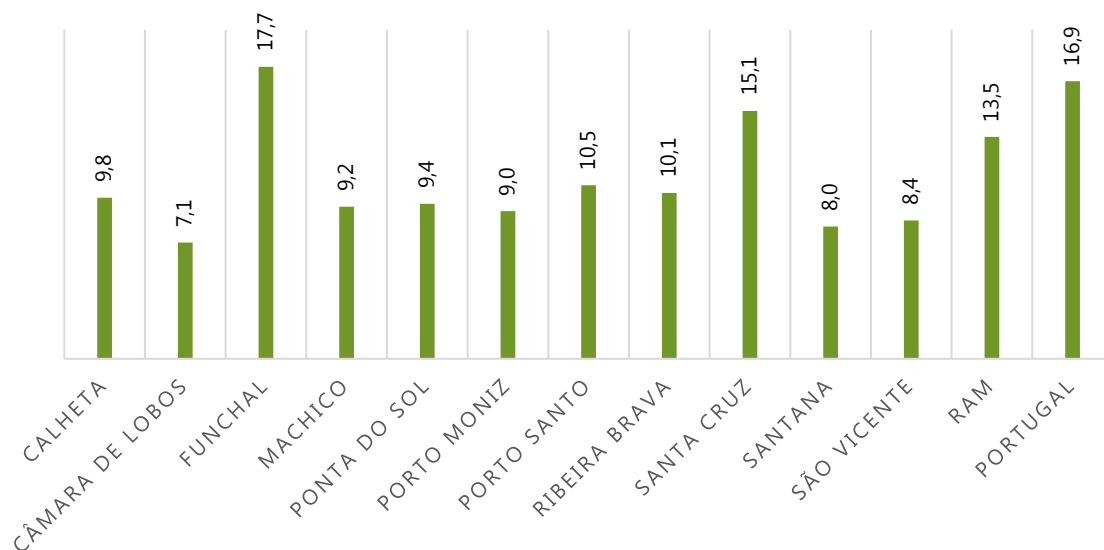


Fonte: INE – Inquérito ao Emprego.

No que concerne ao **Ensino Superior**, de acordo com os últimos dados censitários, em 2021, 17.8% da população da RAM com 21 ou mais anos possui um nível de Ensino Superior completo, correspondendo a um total de 36.096 pessoas. Este valor encontra-se abaixo da média nacional de 21.2% e representa a terceira menor proporção de população com o Ensino Superior entre as Regiões do país do Alentejo (15.63%) e da Região Autónoma dos Açores (15.93%). De entre os graus de Ensino Superior, predominam a Licenciatura (72.8%), seguindo-se o Mestrado (18.2%) e, por fim, o Doutoramento (1.9%). O município do Funchal, com 17.7%, destaca-se pela mais elevada proporção de população residente com ensino superior completo face à média da RAM (13.5%) e o valor médio nacional (16.9%) (Gráfico 15).

GRÁFICO 15 | POPULAÇÃO RESIDENTE (21 ANOS +) COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO NA RAM

POR MUNICÍPIO (2021 | %)

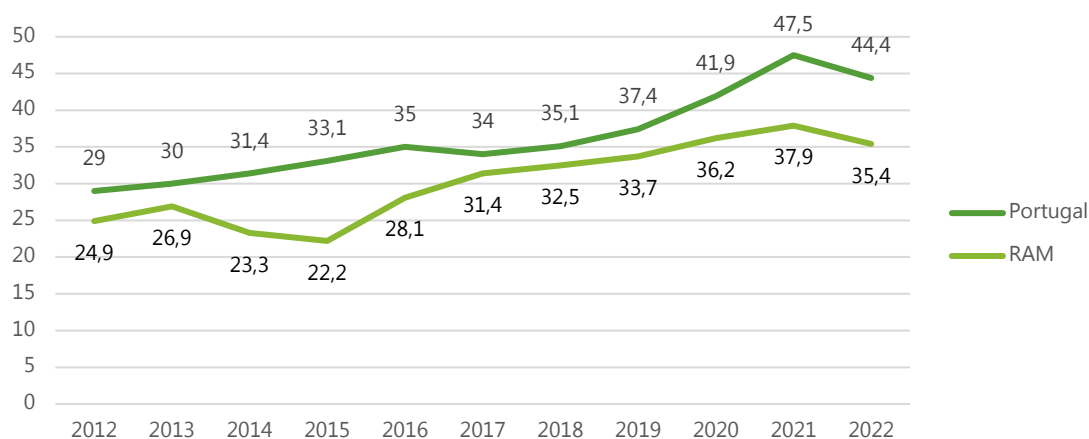


Fonte: INE e DREM [cálculos próprios].

A taxa de escolaridade do Ensino Superior da população residente com idade entre 25-34 anos integra a lista de indicadores no domínio da Educação contemplado na Estratégia Nacional 2030, estabelecendo que até 2030, pelo menos, 45% da população residente com idade entre os 25-34 anos, conclua o nível de ensino superior. Assinalando-se o progresso positivo registado na RAM, que passa de 24.9%, em 2012, para 35.4%, em 2022 (acréscimo de 10.5 p.p.), não se pode também deixar de notar o crescente diferencial entre a média nacional e a regional, de 4.1 p.p., em 2012, para 9 p.p., em 2022 (Gráfico 16).

GRÁFICO 16 | EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESCOLARIDADE DO ENSINO SUPERIOR DA POPULAÇÃO RESIDENTE (25-34 ANOS) NA RAM

(2012-2022 | %)



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego.

A partir dos dados da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), sabe-se também que, no ano letivo de 2021/2022, contabilizam-se 4 mil alunos inscritos (mais 231 alunos que no ano letivo anterior) e 463 docentes (mais 62 face ao ano letivo anterior) nos 8 estabelecimentos de ensino superior na RAM. Do total de alunos inscritos, 89.5% frequentam o ensino público e 10.5% o ensino privado. Nesse ano letivo, 9 mil alunos com residência na RAM encontram-se inscritos em estabelecimentos do ensino superior em Portugal, confirmando a tendência crescente deste indicador, observada desde 2015/2016. Do total de alunos inscritos, 40.9% estudam nos estabelecimentos de ensino da RAM, 26.9% na Área Metropolitana de Lisboa, 14.8% na região Norte, 13.2% na região Centro, 2.6% no Alentejo, 1.0% no Algarve e apenas 0.6% na Região Autónoma dos Açores. Por tipo de curso/ciclo de estudo, em 2021/2022, constata-se que: 64.9% dos alunos estão inscritos em licenciatura; 13.8% em mestrado; 9.6% em mestrado integrado; 6.7% em curso técnico superior profissional; 2.9% em doutoramento e 2.1% em outros ciclos de estudo. Do total destes alunos, 90.9% estão inscritos no ensino público e 9.1% inscritos no ensino privado.

4. DINÂMICAS LABORAIS

A análise das dinâmicas laborais é central para aprofundar o conhecimento e a compreensão sobre a configuração da infância e da juventude e, muito particularmente, dos seus nexos e relações com os fenómenos de PES. Numa primeira instância e considerando o contributo destes grupos etários para a apreciação do equilíbrio e da sustentabilidade sociodemográfica da RAM, é possível convocar o Índice de Rejuvenescimento/Renovação da População Ativa que passa de 68 pessoas (2021) para 69 pessoas (2022) (20 a 29 anos de idade) que potencialmente estão a entrar no mercado de trabalho, por cada 100 pessoas a sair do mercado de trabalho (55 a 64 anos de idade). Entre 2012 e 2022, este índice diminuiu de 111 para 69 pessoas com idades entre 20 e 29 anos por cada 100 pessoas com idades entre 55 e 64 anos. Todos os municípios da RAM apresentam uma diminuição deste indicador durante o referido período, confirmando-se a tendência de envelhecimento da população, mesmo entre aqueles que se encontram em idade ativa (DREM, 2023b).

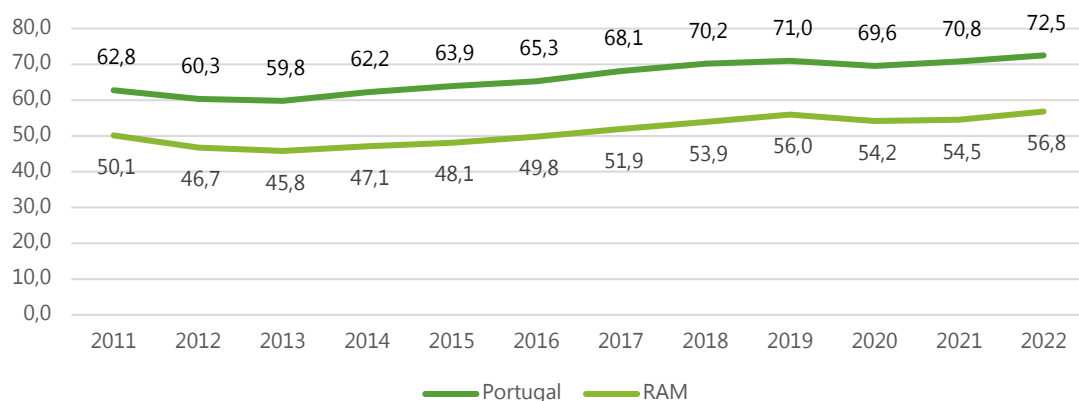
Para além desta dinâmica de cariz mais macroestrutural, é também importante analisar a esfera laboral tendo em consideração a sua influência nas condições materiais e sociais de enquadramento e de suporte dos agregados familiares de origem das crianças e dos jovens. Adicionalmente, é também necessário atender ao modo como este domínio gera oportunidades de autonomização dos próprios jovens e dos jovens adultos, inclusivamente para a formação de novos núcleos familiares, assentes num alargado e complexo processo de decisões e condições que passam por, a título de exemplo, deixar a casa dos pais para estudar ou trabalhar, ser materialmente independente, ir viver com um parceiro ou casar, decidir ter ou não ter filhos, etc. (Eurostat, 2015). Assim, na análise dos indicadores que em seguida se apresentam, atende-se à caracterização das dinâmicas laborais para a população geral da RAM, porque se entende que esta informação é relevante para conhecer as condições gerais inerentes às potenciais famílias de enquadramento das crianças e dos jovens. Mas também, sempre que possível, procura-se aceder a um recorte mais específico dos dados, designadamente em termos etários, de forma a compreender a integração laboral dos jovens e dos jovens adultos na RAM.

A taxa de emprego da população com idades compreendidas entre os 16-64 anos tem tido uma evolução positiva na RAM, embora não linear. Em 2011, a região apresenta uma taxa de emprego de 50.1% e atinge o valor mais baixo do período em análise em 2013, com 45.8% - situação que não será alheia ao contexto de crise e ao período de assistência financeira internacional do Estado português. Entre 2013 e 2019, a taxa assume uma dinâmica crescente que é interrompida no período 2020 e 2021, correspondendo à fase de crise da pandemia Covid-19. Em 2022, a taxa de emprego cifra-se em 56.8%, o que constitui o valor mais elevado do período considerado para

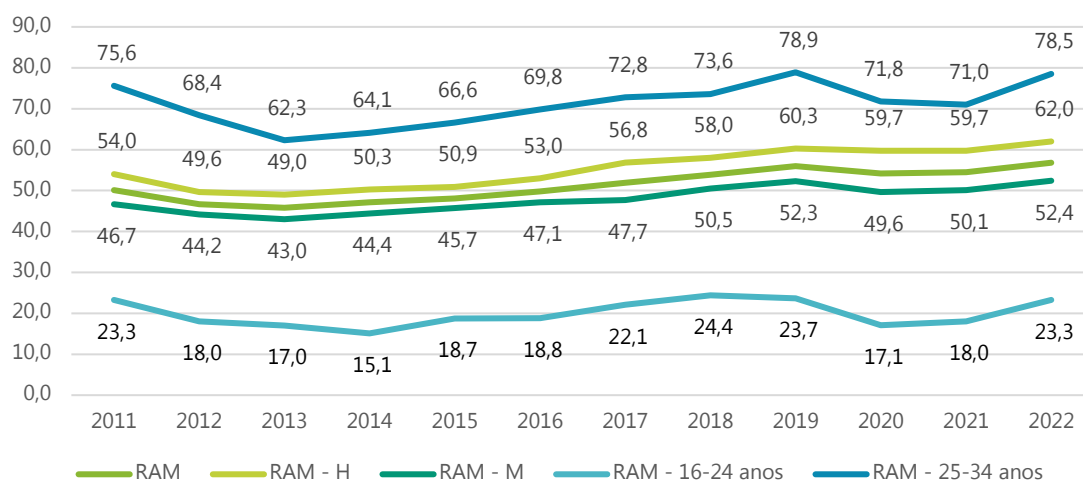
esta análise. No cômputo nacional, a região apresenta sempre taxas de emprego inferiores à média nacional, contudo, entre 2011 e 2022 o diferencial regional/nacional reduz-se em 3 p.p. (15.7 p.p. em 2011 e 12.7 p.p., em 2022) (Gráfico 17). A taxa de emprego constitui um indicador que interessa decompor em alguma medida, de forma a evidenciar algumas das assimetrias que atravessam a população empregada, tais como o sexo, a idade, o nível de escolaridade, etc. No que concerne à análise da composição da taxa de emprego da RAM por sexo, observa-se, no período em análise, uma persistente e crescente desigualdade nas taxas de emprego de homens e de mulheres. A taxa de emprego feminina, não só é sempre inferior à taxa de emprego masculina, como se tende inclusivamente a distanciar – o diferencial passa de 7.3 p.p. em 2011 para 9.6 p.p. em 2022. A taxa de emprego para os grupos etários selecionados para a análise evidencia valores abaixo da média regional para o grupo dos 16-24 anos e, inversamente, taxas acima da média para o grupo dos 25-34 anos (Gráfico 18). O aumento do nível de escolaridade correlaciona-se com o aumento das taxas de emprego, registando-se sempre taxas de emprego superiores entre os indivíduos com o Ensino Superior (80.5%, em 2022), seguido do Ensino Secundário (65.8%, em 2022) e por fim o Ensino Básico (45.1%, em 2022).

GRÁFICOS 17 E 18 | EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO POPULAÇÃO (16-64 ANOS)

EM PORTUGAL E NA RAM (2011-2022 | %)



NA RAM, POR SEXO E GRUPO ETÁRIO (2011-2022 | %)



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego.

A população empregada a tempo completo na RAM tem-se mantido relativamente estável desde 2011, oscilando entre 87.6%, o valor mais baixo, registado em 2019, e 92.2%, o valor mais elevado, registado em 2022. O contingente dos trabalhadores por conta de outrem cresce em termos absolutos no período em análise, mas a sua proporção face à população empregada total mantém-se relativamente estável entre 2011-2022, designadamente quando se consideram os trabalhadores por conta de outrem a tempo completo (89.3%, em 2011, e 88.3%, em 2022). A percentagem de pessoas empregadas por conta de outrem com contrato sem termo conhece um ligeiro decréscimo, passando de 72.7% em 2011 para 71.5% em 2022. O valor mais elevado regista-se no ano precedente, com 73.1%, em 2021 e, inversamente, é em 2018 que esta proporção atinge o valor mais baixo no período em análise, com 66.8% (Tabela 3). Note-se que, apesar do quadro estável e de cariz positivo apresentado por este conjunto de indicadores, existem dificuldades e desafios inerentes a este domínio, por exemplo, relacionados com vínculos laborais precários, e que afetando potencialmente mais as mulheres e os jovens, comprometem o desenvolvimento de projetos pessoais, familiares e profissionais.

TABELA 3 | POPULAÇÃO EMPREGADA TOTAL E POR CONTA DE OUTREM NA RAM

POR REGIME DE DURAÇÃO DO TRABALHO E TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO (2011-2022 | N.º E %)

ANOS	POPULAÇÃO	PE		TCO		CONTRATO TRABALHO	
	EMPREGADA	TEMPO COMPLETO		TEMPO COMPLETO		SEM TERMO	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2011	108.800	98.600	90,6	97.200	89,3	79.100	72,7
2012	101.200	90.500	89,4	90.600	89,5	72.500	71,6
2013	98.800	88.200	89,3	88.800	89,9	71.100	72,0
2014	102.000	90.600	88,8	91.000	89,2	73.300	71,9
2015	103.600	93.100	89,9	93.700	90,4	75.400	72,8
2016	106.300	94.300	88,7	95.800	90,1	73.400	69,0
2017	110.500	98.200	88,9	98.600	89,2	77.200	69,9
2018	116.100	102.100	87,9	101.100	87,1	77.600	66,8
2019	120.000	105.100	87,6	104.800	87,3	81.700	68,1
2020	117.400	104.400	88,9	101.800	86,7	81.600	69,5
2021	118.300	108.300	91,5	104.800	88,6	86.500	73,1
2022	123.700	114.100	92,2	109.200	88,3	88.400	71,5

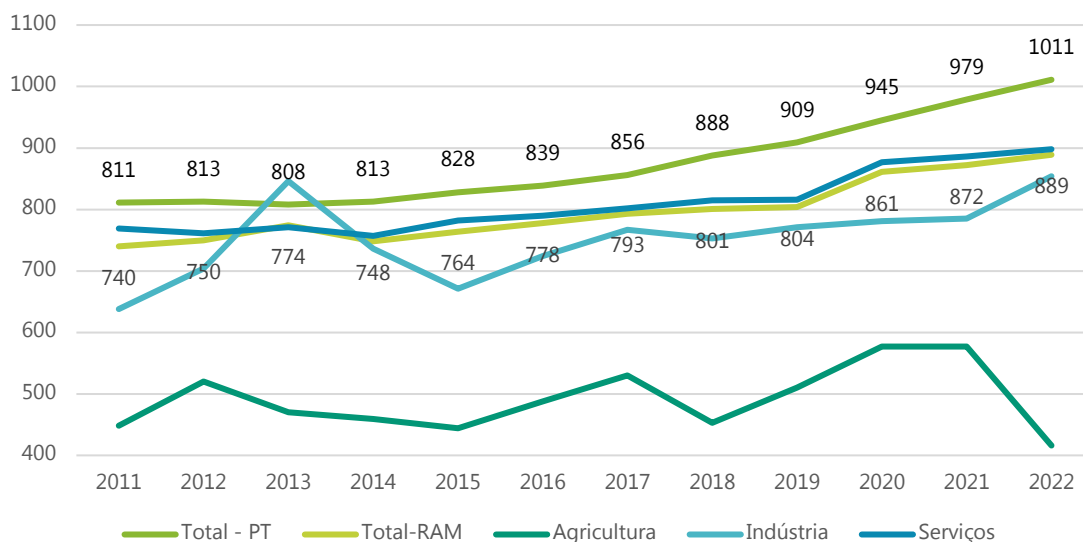
Fonte: INE – Inquérito ao Emprego.

Entre 2011 e 2022, é de assinalar o aumento do rendimento salarial médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem da RAM, passando de 740€, em 2011, para 889€, em 2022. Esta evolução não é seguramente alheia aos aumentos fixados pelo Governo Regional, no que concerne à retribuição mínima garantida no território. E, provavelmente, também por esta razão, observa-se a diminuição do diferencial salarial médio entre os setores de atividade da “Indústria, construção, energia e água” e dos “Serviços”, passando de 131€ em 2011 para 44€ em 2022.

Contrariamente, o salário médio dos trabalhadores do setor da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” mantém-se estruturalmente abaixo da média regional dos demais setores, atingindo mesmo o seu valor mais baixo no ano mais recente, de 2022, com 416€. Finalmente, no que respeita ao comparativo entre a evolução da média regional e nacional, assinala-se o persistente diferencial salarial médio que oscila entre 71€, em 2011, e 122€, em 2022 (Gráfico 19).

GRÁFICO 19 | EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL LÍQUIDO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR CONTA DE OUTREM

EM PORTUGAL E NA RAM, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA (2011-2022 | € | SÉRIE 2021)

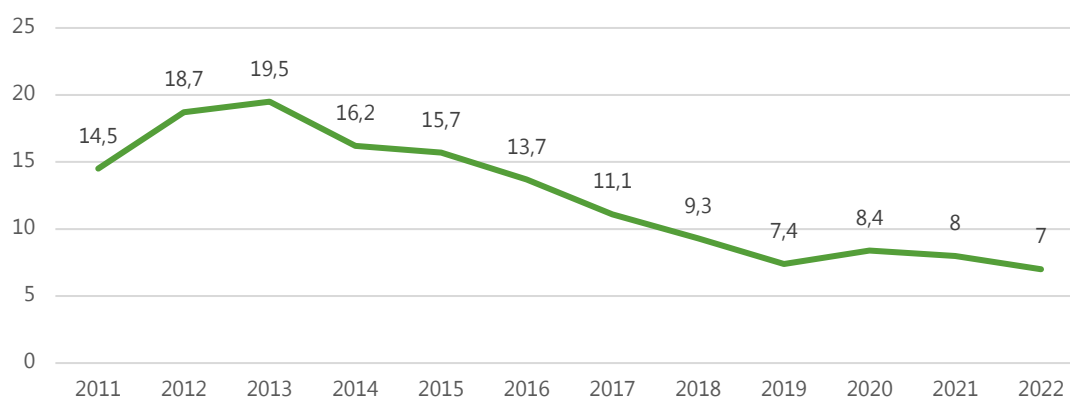


Fonte: INE – Inquérito ao Emprego.

Conforme referido na análise respeitante ao Gráfico 17, apesar da ligeira inflexão registada nos anos recentes de 2020 e 2021 – anos críticos da pandemia de Covid-19 - a taxa de emprego na RAM tem apresentado uma evolução positiva. Não obstante, importa também atender ao contingente de pessoas que se encontram em situação de desemprego (Gráfico 20). Entre 2011 e 2013 – período de assistência financeira externa ao Estado português - a taxa de desemprego apresenta valores elevados, atingindo o valor máximo em 2013, com 19.5%. Desde então, a taxa tem vindo a decrescer de forma consistente – excetuando no ano de 2020, que coincide com a crise pandémica, e em que se assiste ao aumento de 7.4% para 8.4%. Os dados do Inquérito ao Emprego não permitem analisar a evolução da taxa de desemprego para todos os anos de período em análise (2011-2022) de forma desagregada para os grupos etários “16-24 anos” e “25-34 anos” . A informação que se encontra disponível diz respeito ao período 2011-2014, a partir da qual é possível confirmar a tendência para a taxa de desemprego se encontrar estruturalmente acima da média, muito particularmente para o grupo mais jovem dos “16-24 anos” (39.6% em 2011; 50.3% em 2012; 52.4% em 2013 e 50.7% em 2014).

GRÁFICO 20 | EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NA RAM

(2011-2022 | %)



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego.

É, sobretudo, no grupo etário dos 16-34 anos que é possível observar a coexistência de diferentes fases dos processos de transição da infância para a vida adulta, pautados por mudanças no domínio educativo, formativo e/ou laboral. Dependendo da organização do sistema educativo, da situação no mercado de trabalho e das escolhas pessoais, estes cenários de transição podem ter durações diferentes e assumir modalidades diversificadas: alguns jovens passam diretamente de uma vida exclusivamente escolar para o pleno emprego; outros combinam o ensino formal com um emprego durante um determinado período; outros ainda podem não estar em educação, formação ou emprego (Eurostat, 2015). Esta última situação origina um indicador específico que procura representar a relação entre a população de jovens não empregados que não estão em educação ou formação e a população total - NEEF (Nem em Emprego, nem em Educação ou Formação), derivando do acrónimo, em inglês, NEET (*Not in Education, Employment or Training*). Os dados produzidos ao nível da União Europeia sobre esta categoria tendem a contemplar apenas os jovens com idades entre os 15-24 anos, contudo, tendo em conta que as transições para a vida adulta são cada vez mais tardias, é possível e necessário abranger idades mais avançadas. Em 2022, na RAM, a percentagem de jovens NEEF (16-34 anos) fixa-se em 13.3%, valor inferior em 4.2 p.p. comparativamente a 2021, constituindo o valor mínimo da série iniciada em 2011. Note-se que este indicador diminuiu em todos os grupos etários, sendo a redução mais expressiva no grupo 20-24 anos (-7,9 p.p.). À exceção de 2011, a percentagem de jovens que NEEF foi sempre superior no grupo etário 25-34 anos, situando-se em 2022 em 16%, não ultrapassando os 10.4% no grupo 16-24 anos. No ano que terminou, a taxa das mulheres NEEF (14.5%) foi superior à dos homens (12.2%). À percentagem de NEEF de 13.3% em 2022 correspondem 8.0 mil jovens, dos quais 53.8% estavam inativos (4.3 mil) e 46.3% desempregados (3.7 mil). A nível nacional, entre 2021 e 2022, assiste-se também a uma diminuição da referida taxa, passando de 10.7% em 2021 para 9.4% em 2022 (-1.3 p.p.) (Tabela 4).

TABELA 4 | JOVENS NEEF (16-34 ANOS) NA RAM

POR SEXO, GRUPO ETÁRIO E CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO (2011-2022 | %)

ANOS	TOTAL	H	M	20-24 ANOS	25-34 ANOS	DESEMPREGADOS	INATIVOS
2011	20.4	22.4	18.5	X	19.3	57.6	42.4
2012	24.8	27.0	22.4	32.6	25.8	61.8	38.2
2013	26.9	28.9	25.0	32.5	29.6	60.2	39.8
2014	24.2	24.1	24.4	32.2	25.9	53.3	46.7
2015	24.1	24.7	23.4	28.1	26.9	52.7	47.3
2016	21.2	22.0	20.3	X	24.0	53.5	46.5
2017	16.3	15.6	16.9	X	18.6	52.6	47.4
2018	15.1	14.9	15.2	X	19.4	51.8	X
2019	14.0	X	16.7	X	15.7	X	X
2020	18.3	18.2	18.3	X	21.4	43.3	56.7
2021	17.8	15.9	19.7	23.2	21.1	44.6	55.4
2022	13.1	12.0	14.3	14.7	15.7	47.7	52.3

X – Valor não disponível.

Fonte: INE – Inquérito ao Emprego.

5. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

No que concerne às dimensões da Pobreza e da Exclusão Social (PES), a caracterização da Infância e da Juventude na RAM encontra-se condicionada pela disponibilidade de indicadores estatísticos desagregados, em termos territoriais e por grupos etários. Não obstante, pela relevância da relação entre os fenómenos da PES e os grupos sociais das crianças e dos jovens, avança-se com um exercício de análise que procura mobilizar alguns dos indicadores disponíveis para aferir e compreender como se configura esta situação na RAM.

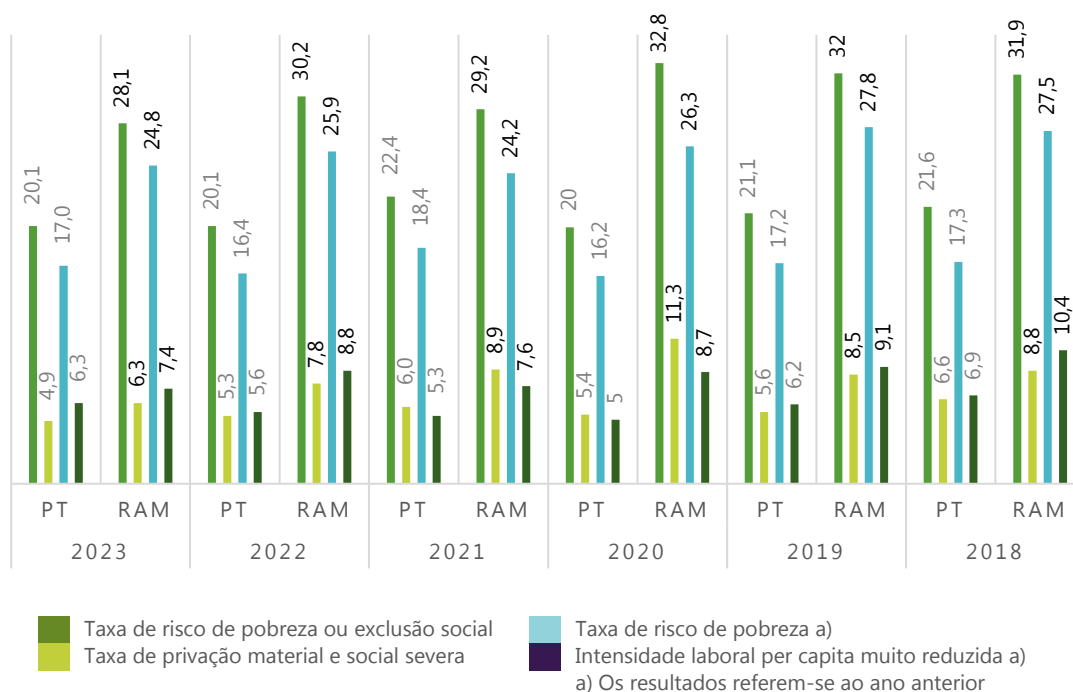
Pouco antes da publicação deste Boletim, o INE disponibilizou os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2023 sobre rendimentos do ano anterior (INE, 2023), permitindo-nos encetar esta análise com os dados mais recentes sobre a evolução da PES em Portugal e na RAM (Gráfico 21). Em Portugal, a taxa de risco de pobreza cifra-se em 17.0%⁴, o que representa um aumento de 0.6 p.p. face ao ano anterior. Contribuem para este cenário os aumentos registados na Área Metropolitana de Lisboa (com mais 4.3 p.p.) e na Região Autónoma dos Açores (com mais 1,0 p.p.). Na RAM, a taxa de risco de pobreza mantém-se acima da média nacional, cifrando-se em 24.8%, mas descreve um movimento decrescente de 1.3 p.p..

⁴ A taxa de risco de pobreza em 2022 correspondia à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferiores a 7.095€ (591€/mês).

Considerando esta análise por referência à linha de pobreza regional⁵, registam-se valores mais modestos, na ordem dos 19.7%, mas representando um aumento de 2.1 p.p. face ao ano anterior. Em 2022, a proporção da população com menos de 65 anos que vivia em agregados familiares com intensidade laboral per capita muito reduzida foi de 6.3%, ultrapassando o valor registado no ano anterior (5.6%). A intensidade laboral per capita muito reduzida na RAM é superior à média nacional, cifrando-se em 7.4%, mas apresenta uma redução de 1.1 p.p. face ao ano anterior. Em 2023, regista-se uma diminuição da proporção de indivíduos em situação de privação material e social severa (4.9%, menos 0.4 p.p.). A RAM acompanha esta tendência, apresentando uma taxa de 6.3%, correspondendo a um decréscimo de 1.5 p.p. Finalmente, em Portugal, em 2023 (rendimentos de 2022), o risco de pobreza e exclusão social mantém-se idêntico ao ano anterior (20.1%), mas, na RAM esse risco diminui em 2.1 p.p., cifrando-se em 28.1%. Portanto, em 2023, ao nível dos indicadores de pobreza e exclusão social, a RAM continua a apresentar valores superiores aos que se registam no cômputo nacional, indiciando, assim, um risco superior de pobreza e exclusão social para a sua população. Contudo, 2023 assinala também o ano em que a RAM, excetuando-se a taxa de risco de pobreza que, em 2021, regista um valor inferior em 0.2 p.p. face a 2023, apresenta o melhor desempenho ao nível de todos os indicadores considerados no período 2018-2023 apontando para uma progressão positiva neste domínio.

GRÁFICO 21 | INDICADORES POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

INDICADORES EUROPA 2030, PORTUGAL E RAM (2018-2023 | %°)



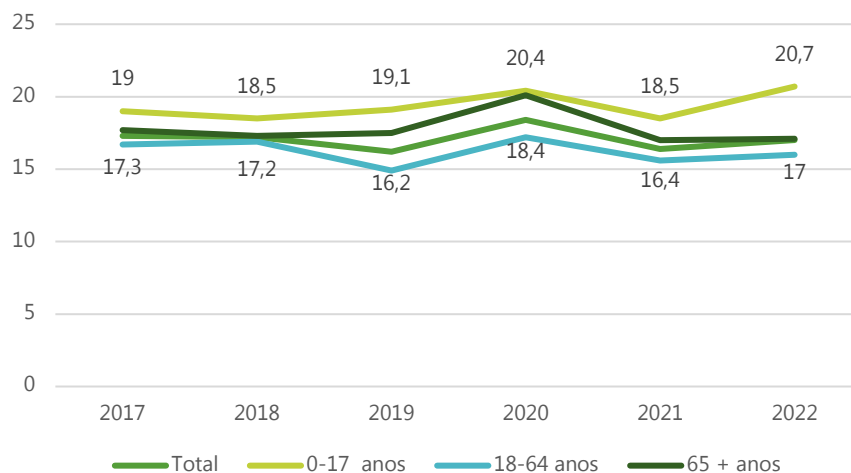
Fonte: INE.

⁵ A linha de pobreza regional na RAM em 2022 correspondia à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferiores a 6.371€ (531€/mês).

No que concerne às implicações das situações de pobreza e exclusão social para os grupos sociais em análise neste Boletim, sabe-se que, para Portugal, em 2023, o aumento da pobreza abrangeu todos os grupos etários e de forma mais significativa os menores de 18 anos (mais 2.2 p.p. relativamente ao ano anterior). De facto, desde 2017, é em 2023 que se regista a taxa mais elevada de risco de pobreza para os menores de 18 anos (20.7%) e em que este risco mais se dilata face à média para a população geral – mais 3.7 p.p. (Gráfico 22).

GRÁFICO 22 | EVOLUÇÃO DA TAXA DE RISCO DE POBREZA

POR GRUPO ETÁRIO, PORTUGAL (2017-2022 | %)

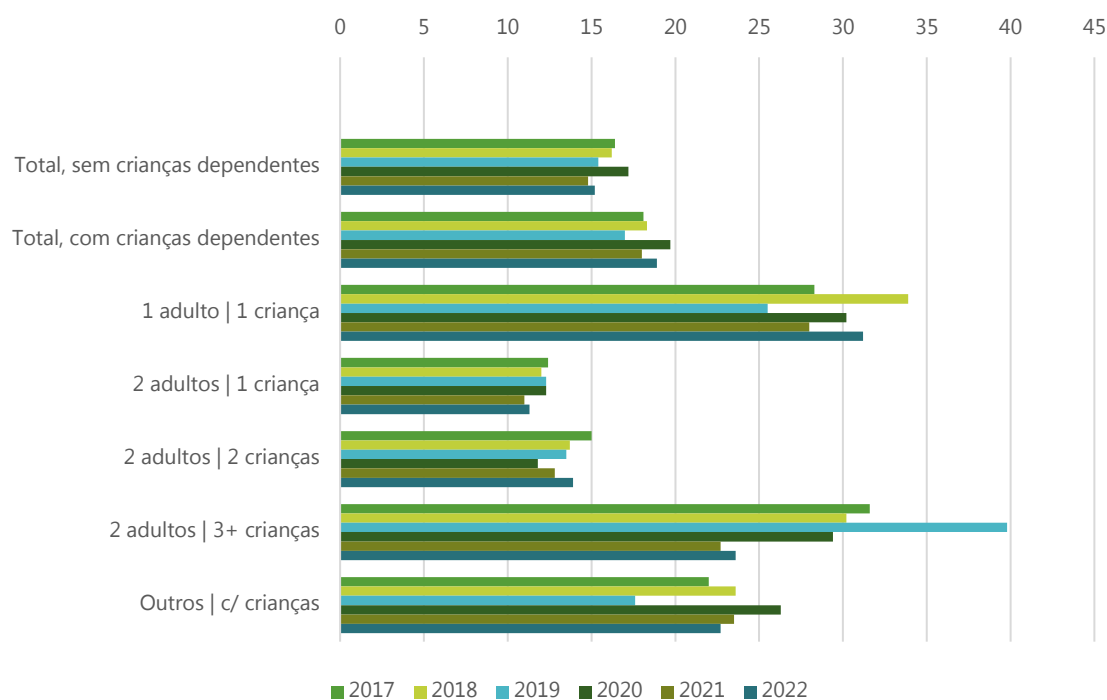


Fonte: INE.

No cenário nacional, em 2022, a taxa de risco de pobreza aumentou para os agregados sem crianças dependentes (15.2%, mais 0.4 p.p. em relação a 2021), bem como para os agregados com crianças dependentes (18.9%, mais 0.9 p.p. do que no ano anterior). Contudo, o risco de pobreza tende a manifestar-se persistentemente e de forma mais severa nos agregados familiares com crianças dependentes. De entre estes, destacam-se os agregados familiares compostos por: “1 adulto com pelo menos uma criança” (31.2%, mais 3.2 p.p. em relação a 2021); “2 adultos com 3 ou mais crianças” (23.6%, mais 0,9 p.p. em relação a 2021) e “outros agregados com crianças” (22.7%, decrescendo 0,8 p.p. em relação a 2021) (Gráfico 23).

GRÁFICO 23 | TAXA DE RISCO DE POBREZA

POR COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR, PORTUGAL (2017-2022 | %)



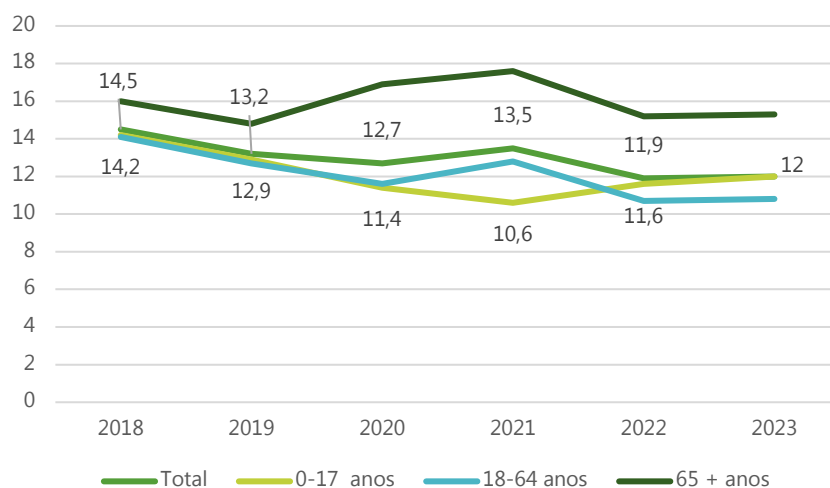
Fonte: INE.

Para a compreensão do perfil da pobreza é também importante mobilizar os dados relativos ao nível de escolaridade e à condição perante o trabalho. No cômputo nacional, em 2022, 22.7% da população que apenas tinha concluído o Ensino Básico encontrava-se em risco de pobreza. Trata-se de um valor substancialmente superior à proporção da população com o Ensino Secundário ou Pós-Secundário (13.5%) e para a população que tinha concluído o Ensino Superior (5.8%). Portanto, em relação ao ano transato, destaca-se o aumento da taxa de pobreza das pessoas com o Ensino Básico (mais 0.7 p.p.). No que concerne à condição perante o trabalho, sublinha-se o agravamento de 2.9 p.p. face a 2021 da taxa de risco de pobreza para a população desempregada (46.5% em 2022). A taxa de risco de pobreza para a população empregada foi 10% em 2022, confirmando o sentido decrescente observado no ano anterior (menos 0.9 p.p., em 2021, e menos 0.3 p.p., em 2022) (INE, 2023).

Relativamente aos cenários de privação material e social, entre 2018-2021, a população com idade inferior a 18 anos vai apresentando as taxas mais baixas de privação, por comparação aos demais grupos etários. Contudo, a partir de 2021, esta tendência altera-se, afirmando-se uma dinâmica de crescimento da taxa de privação material e social junto das pessoas com idade inferior a 18 anos (em 2022, cifra-se em 12%, coincidindo com a média total) (Gráfico 24).

GRÁFICO 24 | EVOLUÇÃO DA TAXA DE PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL

POR GRUPO ETÁRIO, PORTUGAL (2018-2023 | %)



Fonte: INE.

Da informação recolhida entre abril e julho de 2023, e referente aos 12 meses precedentes, destaca-se, no âmbito da RAM, o aumento da proporção de pessoas que vivem em agregados familiares sem capacidade para: i) pagar uma despesa inesperada próxima de 591€ (sem recorrer a empréstimo) (49.3%, em 2023, e 46.7%, em 2022); ii) se encontrarem com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês (9.7%, em 2023, e 8%, em 2022); iii) manter a casa adequadamente aquecida (23.3%, em 2023, e 22.5%, em 2022) e iv) ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias (7.6%, em 2023, e 7.1%, em 2022). Inversamente, diminui proporção de pessoas que vivem em agregados familiares sem: i) disponibilidade de automóvel por dificuldades económicas (4.2%, em 2023, e 7.1%, em 2022); ii) possibilidade de substituição de roupa usada por alguma roupa nova (12.4%, em 2023, e 13.9%, em 2022); iii) possibilidade de substituição do mobiliário usado (50.9%, em 2023, e 52.3%, em 2022); iv) possibilidade para ter acesso à internet para uso pessoal em casa (1.3%, em 2023, e 2%, em 2022); v) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado (54.7%, em 2023, e 55.1%, em 2022); vi) possibilidade de participação regular numa atividade de lazer (10.9%, em 2023, e 11.2%, em 2022); e vii) capacidade para gastar semanalmente pequena quantia de dinheiro consigo próprio (8.7%, em 2023, e 8.9%, em 2022). Independentemente do tipo de evolução, é, contudo, importante registar as dimensões de privação que na RAM afetam quase metade da população e que se prendem com a incapacidade de suportar os custos inerentes: a uma semana de férias; à substituição do mobiliário usado e a uma despesa inesperada próxima de 591€. Trata-se de itens de privação que também se destacam no âmbito nacional, mas numa ordem de valores que oscila entre 30 e 37%, aproximadamente (Tabela 5) (INE, 2023).

TABELA 5 | ITENS DE PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL

EM PORTUGAL (PT) E NA RAM (2022/3- E %)

ITENS	2022		2023	
	RAM	PT	RAM	PT
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa (...)	46,7	29,9	49,3	30,5
Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa (...)	55,1	37,2	54,7	38,9
Atraso em algum dos pagamentos regulares relativos à residência (...)	8,7	6,1	x	5,2
Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (...)	7,1	3	7,6	2,3
Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida	22,5	17,5	23,3	20,8
Sem disponibilidade de automóvel por dificuldades económicas	7,1	4,3	4,2	4,7
Sem possibilidade de substituição do mobiliário usado	52,3	36,3	50,9	39,8
Sem possibilidade de substituição de roupa usada por alguma roupa nova	13,9	7,3	12,4	6,8
Sem possibilidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado	x	1	x	0,9
Sem capacidade para gastar semanalmente pequena quantia de dinheiro (...)	8,9	9,7	8,7	10,3
Sem possibilidade de participação regular numa atividade de lazer	11,2	10,4	10,9	10,9
Sem capacidade económica para se encontrar com amigos/familiares (...)	8	6,1	9,7	7,7
Sem possibilidade para ter acesso à internet para uso pessoal em casa	2	2,6	1,3	2,5

Fonte: INE e DREM

A análise desta dimensão para o grupo das crianças (menos de 16 anos), realizada para o ano de 2021 e considerando o âmbito nacional, revela que 10.7% das crianças pertenciam a agregados familiares em privação material e social, correspondendo a um valor inferior ao obtido para a população em geral (13.5%). A partir desses dados é ainda possível perceber que as dificuldades económicas impedem que: 15.5% das crianças tenham possibilidade de passar férias, fora de casa, pelo menos uma semana por ano; 9.7% das crianças possam participar regularmente numa atividade extracurricular ou de lazer; 6.6% possam participar em viagens e atividades escolares não gratuitas; 4.3% das crianças tenham possibilidade de substituição de roupa usada por alguma roupa nova; 1.6% possam celebrar em ocasiões especiais; 1.5% possam convidar amigos de vez em quando para brincarem e comerem juntos (INE, 2022).

LINHAS CONCLUSIVAS

Numa análise abrangente dos dados demográficos, educacionais e socioeconómicos da RAM, é evidente que a Região enfrenta desafios significativos no que diz respeito à sua dinâmica populacional, em grande medida, partilhados também pelas demais Regiões de Portugal. A tendência para a diminuição geral da população, impulsionada pela redução das taxas de natalidade e fecundidade, coloca a RAM numa posição desafiadora, no que concerne ao equilíbrio da sua composição etária. Atendendo às taxas negativas de crescimento natural, as taxas de

crescimento migratório vão-se assumindo como determinantes para os valores positivos de crescimento efetivo alcançados nos últimos anos.

Ao nível das estruturas familiares, destaca-se o aumento significativo das famílias monoparentais, especialmente do tipo "mãe com filho(s)" e sinaliza-se o risco acrescido de PES que este tipo de agregados tende a enfrentar. Regista-se uma diminuição da proporção de casais com filhos e simultaneamente o adiamento da parentalidade, evidenciado pelo aumento da idade média da mãe ao nascimento dos filhos e do primeiro filho. Este fenómeno contribui para a queda do número médio de filhos por casal, sinalizando mudanças nos padrões de planeamento familiar, particularmente entre os casais mais jovens ou com filhos mais pequenos. Os dados mais recentes apontam para uma correlação positiva entre o aumento do número médio de crianças por núcleo familiar e o nível de escolaridade e a situação face ao trabalho dos seus membros.

No campo educacional, entre 2011 e 2021, a RAM demonstra melhorias notáveis no nível geral de escolaridade, com um aumento significativo da população com Ensino Secundário e Superior e o decréscimo da população sem qualquer nível de escolaridade completo. Os progressos mais assinaláveis verificam-se ao nível do Ensino Secundário, com repercussões na estrutura de escolaridade da população em geral e, muito particularmente, na população entre os 20-24 anos. No que concerne ao Ensino Superior, assinala-se o progresso positivo registado na proporção da população com este nível de ensino, mas é também importante notar o crescente diferencial entre a média nacional e a regional. A tendência de aumento de alunos da RAM matriculados em instituições de ensino superior em Portugal sugere uma procura crescente por oportunidades educacionais fora da Região, o que pode ter implicações a longo prazo para o desenvolvimento da RAM, em termos de fixação da população, qualificação do emprego, atração de investimento, etc..

Em termos de dinâmicas laborais, a taxa de emprego atinge seu pico em 2022, marcando um progresso positivo a este nível para a Região. Igualmente positiva é a tendência de redução que marca os valores de desemprego. Não obstante, pelo risco acrescido que enfrentam, em termos PES, e também pelo potencial que representam para a Região, apresenta-se como relevante a monitorização mais detalhada e cronologicamente próxima destas dinâmicas de emprego, desemprego, atividade e inatividade entre os grupos etários mais jovens.

Finalmente, ao nível dos indicadores de PES, a RAM continua a apresentar um risco superior de PES, face ao contexto nacional. Contudo, em 2023, é encorajador observar o melhor desempenho da Região ao nível de todos os indicadores considerados no período 2018-2023 (excetuando-se a taxa de risco de pobreza que, em 2021, regista um valor inferior em 0.2 p.p. face a 2023), apontando, assim, para uma trajetória positiva, que materializa os contínuos esforços para melhorar a qualidade de vida na Região e das pessoas que aí vivem.

GLOSSÁRIO

Criança | Pessoa com idade inferior a 15 anos.

Criança dependente | Pessoa com menos de 18 anos ou pessoa entre 18 e 24 anos economicamente dependente.

Filho no núcleo familiar | Condição reconhecida a um filho de sangue, filho adotivo ou enteado, independentemente da idade ou do estado civil legal respetivos, com residência habitual na família clássica de um dos seus pais e não tendo cônjuge, parceiro em união de facto ou filhos seus nessa família.

Índice de dependência de jovens | Relação entre a população jovem e a população em idade ativa (quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos).

Índice de dependência total | Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa (quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos).

Índice sintético de fecundidade | Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil). Nota: O número de 2,1 crianças por mulher é considerado o nível mínimo de substituição de gerações, nos países mais desenvolvidos.

Índice de rejuvenescimento/renovação da população em idade ativa | Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos).

Intensidade laboral per capita muito reduzida | Proporção de indivíduos com menos de 65 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que a população adulta (18-64 anos) referiu ter trabalhado, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível (excluem-se os estudantes dos 18 aos 24 anos; os reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez; e as pessoas inativas com 60-64 anos e que vivem em agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões).

Nível de escolaridade completo | Nível de escolaridade mais elevado concluído com êxito ou para o qual se obteve equivalência e que confere um certificado ou diploma

Núcleo familiar | Conjunto de duas ou mais pessoas que pertencem ao mesmo agregado doméstico privado e têm uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes, que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos.

Núcleo familiar monoparental | Núcleo familiar que integra apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s).

Núcleo familiar reconstituído | Núcleo familiar que consiste num casal "de direito" ou "de facto" com um ou mais filhos naturais ou adotados, sendo, pelo menos, um deles filho, apenas, de um dos membros do casal.

Taxa bruta de escolarização | Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (Educação Pré-escolar - 3 - 5 anos; Ensino Básico - 1.º Ciclo - 6 - 9 anos; Ensino Básico - 2.º Ciclo - 10 - 11 anos; Ensino Básico - 3.º Ciclo - 12 - 14 anos e Ensino Secundário - 15 - 17 anos).

Taxa bruta de pré-escolarização | Proporção de crianças inscritas na educação pré-escolar, no total da população residente com idade entre 3 e 5 anos.

Taxa de privação material e social | Proporção da população em que se verificam pelo menos cinco das seguintes treze dificuldades:

Ao nível da família | 1) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); 2) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; 3) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; 4) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; 5) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; 6) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas; 7) Sem possibilidade de substituição do mobiliário usado;

Ao nível dos indivíduos (16 ou mais anos) | 8) Sem possibilidade de substituição de roupa usada por alguma roupa nova (excluindo a roupa em segunda mão); 9) Sem possibilidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas); 10) Sem possibilidade para gastar semanalmente uma pequena quantia de

dinheiro consigo próprio; 11) Sem possibilidade de participação regular numa atividade de lazer; 12) Sem possibilidade de encontro com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês; 13) Sem possibilidade para ter acesso à internet para uso pessoal em casa.

Taxa de privação material e social severa | Proporção da população em que se verificam pelo menos sete das nove dificuldades descritas em taxa de privação material e social.

Taxa real de escolarização | Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários (Educação Pré-escolar - 3 - 5 anos; Ensino Básico - 1.º Ciclo - 6 - 9 anos; Ensino Básico - 2.º Ciclo - 10 - 11 anos; Ensino Básico - 3.º Ciclo - 12 - 14 anos e Ensino Secundário - 15 - 17 anos).

Taxa de retenção e desistência | Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte (alunos que ficaram retidos, que não concluíram, anularam a matrícula, abandonaram ou foram excluídos por faltas), e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

Taxa de risco de pobreza | Proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Diogo, Fernando (2018). A pobreza infantil e o rendimento social de inserção em Portugal: o mesmo problema, tendências distintas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 87, pp. 71-86.

Diogo, Fernando, Trevisan, Gabriela & Sarmiento, Manuel Jacinto (2021). Transformações e persistências da pobreza infantil em Portugal. In Tomás, Catarina & Trevisan, Gabriela (Orgs). *Sociologia da Infância em Portugal*. Associação Portuguesa de Sociologia – Secção Temática da Sociologia da Infância, pp. 26-49.

EUROSTAT (2015). *Being Young in Europe Today*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.

INE (2023). Rendimento e Condições de Vida. *Destaque* (novembro, 2023). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2022). Rendimento e Condições de Vida - Saúde e Privação Material das Crianças e Famílias separadas ou reconstituídas. *Destaque* (fevereiro, 2022). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

DREM (2023a). Censos 2021 Resultados Definitivos – Região Autónoma da Madeira. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.

REM (2023b). Estatísticas Demográficas da Região Autónoma da Madeira 2022. Funchal: Direção Regional de Estatísticas da Madeira.

DREM (2023c). Estruturas Familiares – Região Autónoma da Madeira. *Em Foco* (maio, 2023). Funchal: Direção Regional de Estatísticas da Madeira.

DREM (2023d). Dia da Mãe – Região Autónoma da Madeira. *Em Foco* (maio, 2023). Funchal: Direção Regional de Estatísticas da Madeira.

DREM (2023e). Dia da Criança – Região Autónoma da Madeira. *Em Foco* (junho, 2023). Funchal: Direção Regional de Estatísticas da Madeira.

OERAM (2023a). Estatísticas Gerais a Educação 2021/2022. Funchal: Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira/ Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia/ Direção Regional de Administração Escolar.

OERAM (2023b). Taxas de Escolarização 2011/2012 – 2021/2022. *Indicadores* (junho, 2023). Funchal: Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira/ Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia/ Direção Regional de Administração Escolar.

OERAM (2023c). Indicadores Europeus 2012-2022. *Indicadores* (junho 2023). Funchal: Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira/ Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia/ Direção Regional de Administração Escolar.

OERAM (2023d). Taxa de Retenção e Desistência 2011/2012 – 2021/2022. *Indicadores* (junho, 2023). Funchal: Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira/ Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia/ Direção Regional de Administração Escolar.

OERAM (2023e). Alunos Matriculados 2011/2012 – 2021/2022. *Série Cronológica* (junho, 2023). Funchal: Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira/ Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia/ Direção Regional de Administração Escolar.

ONLCP (2022a). Factos e Números: Região Autónoma da Madeira 2022. Infografia. Porto: Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza.

ONLCP (2022b). Envelhecimento na Região Autónoma da Madeira. Boletim n.º 10 (dezembro, 2022). Porto: Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza.

ONLCP (2021a). Pobreza e exclusão social na RAM: primeiros dados no contexto da pandemia. Boletim n.º 8 (dezembro, 2021). Porto: Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza.

ONLCP (2021b). A Educação na RAM: uma década de evolução em análise. Em Foco n.º 12 (dezembro, 2021): Porto: Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza.

ONLCP (2020a). BI Distrital – Região Autónoma da Madeira. Porto: Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza.

ONLCP (2020b). Dos 15 aos 24: pobreza e exclusão social nos jovens em Portugal. Em Foco n.º 7 (janeiro, 2020). Porto: Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza.

Peralta, Susana, Carvalho, Bruno. P. & Fonseca, Miguel (2023). Portugal e o Elevador Social: Nascer pobre é uma fatalidade?. Lisboa: Nova School of Business and Economics.

PORDATA (2023). Retrato das crianças e jovens em Portugal. Comunicado de Imprensa Dia Universal dos Direitos das Crianças (20 de novembro de 2023).



Rua de Costa Cabral, 2368, 4200-218 Porto
Tel: +351 225 420 806 / elizabeth.santos@eapn.pt
www.on.eapn.pt / www.eapn.pt